

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 02

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2005

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Superintendência de Comunicação e Cultura

— Paulo Sérgio Souto Mota

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do
Nordeste — Etene**

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento
da Indústria e Serviços)

Equipe responsável

Assuéro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira
e Inez Sílvia Batista Castro;
Ádila Maria Barbosa Pinto e
Bruno Alencar Firmo Barreira (Estagiários)

Editor

Darlan Ferreira Moreira (CE1230JP)

Revisão

Hermano José Pinho

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré, CEP 60.740-000,
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme decreto nº. 1823, de 20 de dezembro de 1907

BNB Conjuntura Econômica. – N. 2 (jan.-fev. 2005)- . – Fortaleza : Banco do
Nordeste do Brasil, 2005 - .
n. ; il.
Bimestral.
ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814)(05)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE n. 2

Janeiro-Fevereiro 2005

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - BNB Amplia Financiamentos à Região
07	1.2 - A Retomada dos Investimentos na Região Nordeste
09	1.3 - Desempenho Externo da Região Nordeste do Brasil
11	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
15	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
15	3.1 - Produto Interno Bruto
21	3.2 - Projeções de Desempenho da Economia do Nordeste
22	3.3 - Produção Industrial
25	3.3.1 - Produção Industrial no Nordeste
27	3.4 - Nivel de Utilização da Capacidade Instalada
30	3.5 - Produtividade da Indústria Brasileira
33	3.6 - Comércio
37	4 - SETOR EXTERNO
37	4.1 - Balança Comercial
39	4.2 - O Desempenho das Exportações Internacionais Nordestinas
43	4.3 - Balanço de Pagamentos
45	5 - EMPREGO E RENDIMENTO
45	5.1 - Emprego
50	5.2 - Rendimento
52	5.3 - Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal
55	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
55	6.1 - Tesouro Nacional
56	6.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
58	6.3 - Dívida Pública Mobiliária Federal

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - BNB Amplia Financiamentos à Região

*Roberto Smith**

Após o recuo acentuado da participação do BNB nos financiamentos regionais, entre os anos 1999 e 2002, a instituição volta a ter atuação decisiva no fomento da economia nordestina — conforme demonstram os balanços recentes e a própria demanda por contratações projetada para este ano.

O BNB inicia 2005 com R\$ 1,5 bilhão em projetos em análise e previsão de receber outros R\$ 4 bilhões para apreciação. Além disso, a prospecção de negócios feita sob a marca Investe NE Brasil, consolidada no ano passado pelo banco, contabiliza uma previsão de investimentos de R\$ 14,2 bilhões para a Região.

Em 2005, a expectativa é que o banco repita o desempenho do ano anterior — quando pela primeira vez os desembolsos para projetos na Região superaram as liberações do BNDES. Entre 2003 e 2004, por exemplo, as operações do BNB saltaram de R\$ 2 bilhões para mais de R\$ 4,5 bilhões.

No ano passado, somente o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), considerado a fonte de financiamento de menor cus-

to do País, liberou R\$ 3,2 bilhões — volume que tende a se verificar também no decorrer de 2005.

Além disso, a instituição está se preparando para ter uma atuação cada vez mais destacada na alavancagem da economia nordestina, priorizando setores estratégicos para o desenvolvimento regional.

Com esse intuito, o BNB constituiu um grupo de estudo para conceber uma Política Produtiva para o Nordeste (PPN). A idéia é dar maior atenção àqueles segmentos apontados como estratégicos, sejam do ponto de vista da integração do território ou do desenvolvimento socioeconômico regional.

As análises preliminares do estudo PPN, bem como as próprias avaliações da diretoria do BNB, indicam que devemos priorizar alguns setores. Constam nessa lista as áreas de petroquímica e sucroalcooleira, indústria têxtil e de confecções, e projetos voltados para as regiões do Cerrado e Semi-árido nordestinos.

Mas a ênfase nesses segmentos, queremos deixar claro, não vai implicar desatenção das áreas tradicionais de atuação do banco, a exem-

*O autor é presidente do BNB.

plo do setor rural — que historicamente demanda parte expressiva do total de recursos da instituição.

Outro foco de atenção do BNB reside na possibilidade de contratar no âmbito das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Nesse aspecto, as ferrovias Norte-Sul e Transnordestina; a recuperação de perímetros irrigados administrados pela Codevasf e Dnocs; e a construção de gasodutos se enquadram nos interesses do banco.

O BNB também está pleiteando junto ao Ministério da Fazenda autorização para contratar com capital de risco — uma prerrogativa que originalmente possuía nos seus estatutos, mas foi suprimida na época das desestatizações de empresas públicas promovidas no governo anterior.

Nossa intenção agora é resgatar alguns milhões de reais em ativos do BNB, que estão “congelados” no BNDES, e criar um fundo para apoiar empresas emergentes na Região. Além disso, pretendemos utilizar outras fontes de recursos para viabilizar projetos considerados importantes para o Nordeste, a exemplo da Usina Siderúrgica Cearense (USC).

Em 2005 o banco também planeja ampliar sua participação no chamado crédito comercial e de curto prazo. A estratégia é atuar, inicialmente, com os cerca de 800 mil clientes que o BNB já dispõe em carteira e, paulatinamente, avançar nesse mercado.

Constatamos que, como operamos basicamente com linhas de crédito de longo prazo, nossos clientes às vezes não contavam com financiamentos específicos para atender uma situação de dificuldade momentânea no seus negócios. Estamos mudando essa situação para garantir mais solidez aos projetos que apoiamos e, por outro lado, ter mais segurança em relação ao recebimento dos nossos créditos.

Outro indicativo de que o banco se prepara para atender de forma mais incisiva os empreendedores da sua área de atuação é o investimento feito em expansão dos serviços. No ano passado, lançamos concurso e contratamos 450 funcionários, inauguramos seis novas agências e iniciamos a reformulação do aparato de tecnologia da informação da instituição. ●

1.2 A Retomada dos Investimentos na Região Nordeste

Carlos Américo Leite Moreira*

A Região Nordeste tende a continuar atraindo volume considerável de investimentos nos próximos anos. Os Estados que serão mais contemplados com esses projetos são Bahia, Pernambuco e Ceará, conforme levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico, de 20 de dezembro de 2004.

Na Bahia, os anúncios feitos em 2004 somam R\$ 9 bilhões, cifra bastante superior aos R\$ 3,7 bilhões de 2003. No setor de celulose, a Bahia Pulp pretende investir R\$ 1,3 bilhão na ampliação de sua fábrica em Camaçari e o grupo Suzano investirá US\$ 1,2 bilhão para ampliar sua fábrica em Mucuri.

Atraída pelas boas condições de logística e de infra-estrutura, a fabricante de pneus Bridgestone Firestone pretende investir R\$ 784 milhões em uma unidade de produção, em Camaçari, para atender a crescente demanda interna e as exportações.

No Ceará, o principal projeto de investimento está relacionado com a implantação da siderurgia no porto do Pecém, pelo consórcio que envolve a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a coreana Dongkuk e a italiana Danielli. Outros grandes investimentos na área de turismo e em energia eólica, estão previstos ou em andamento.

Em Pernambuco, a Petrobrás e o Grupo Mossi & Ghisolfi estão juntos na instalação de complexo industrial (“pólo de poliéster”) que prevê uma unidade de embalagens PET e outra para produção do ácido teraftálico purificado (PTA), matéria-prima para fabricação do poliéster. O investimento estimado é de US\$ 800 milhões.

Projetos importantes também estão previstos ou em andamento nos demais estados da Região. Caso da produção de níquel da CVRD no Piauí e instalação de uma unidade processadora de óleo de mamona na Paraíba.

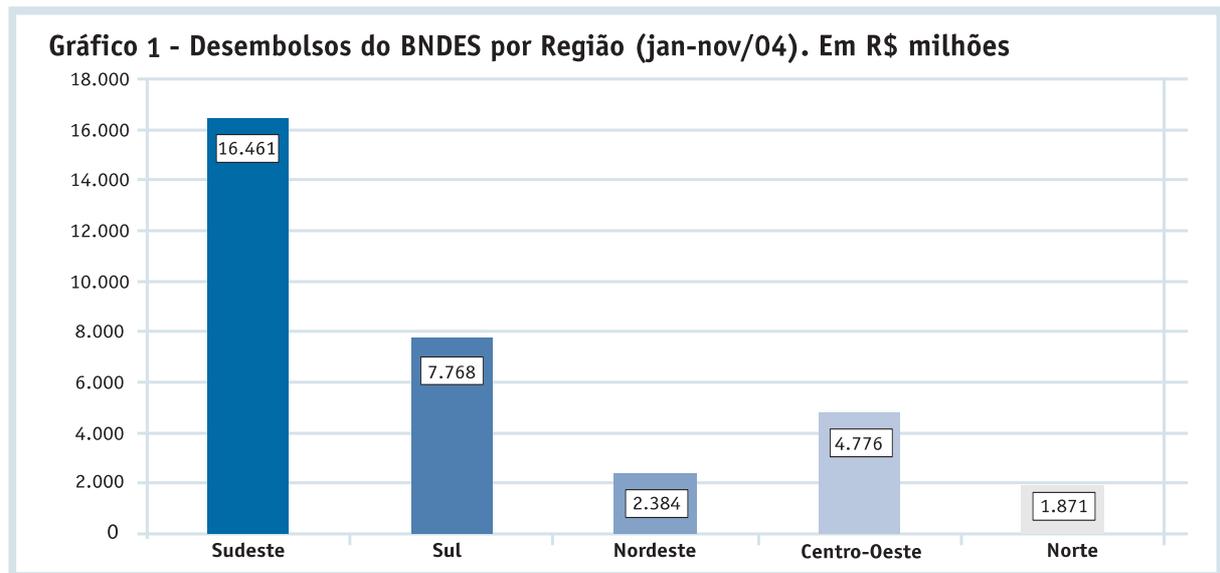
Os incentivos fiscais e o custo da mão-de-obra continuam a exercer um papel fundamental na atração de empresas para a Região — principalmente nos setores que demandam uso intensivo de mão-de-obra. A Grendene, por exemplo, prevê investir R\$ 30 milhões na construção de uma nova fábrica em Teixeira de Freitas (BA) e utilizar outros R\$ 30 milhões na ampliação da capacidade de produção em Sobral (CE).

Condições de logística e de infra-estrutura, assim como a posição geográfica em relação ao hemisfério norte, que reduz custos de exportação, também aparecem como fatores determinantes para a viabilização de projetos importantes na Região.

Outro fator de atração de investimentos está relacionado com as linhas de crédito de longo prazo disponíveis em instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). GRÁFICO 1.

No caso do BNDES, entre janeiro e novembro de 2004, foi liberado R\$ 1,1 bilhão para a indústria de transformação, com destaque para os segmentos de celulose e papel, de produtos químicos e têxtil (TABELA 1).

* Doutor em economia, professor e pesquisador do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.



FONTE: BNDES. Boletim de Desempenho, Nov./04, p.1. Disponível em: www.bndes.gov.br.

No setor de serviços, os desembolsos para a Região chegam a R\$ 1,0 bilhão, concentrados sobretudo na área de transportes terrestres, comércio e reparação e eletricidade e gás. A agropecuária foi contemplada com R\$ 365,0 milhões e a indústria extrativa ficou com R\$ 11 milhões.

A participação do BNB tem sido também decisiva para a retomada dos investimentos na Região. Segundo maior banco de desenvolvimento do País, com ativos de R\$ 26,8 bilhões, o BNB restabeleceu a comunicação com o setor produtivo. Somente as

contratações do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) atingiram R\$ 3,2 bilhões em 2004. Esse valor é expressivamente maior que o registrado em 2003, ocasião em que foram emprestados cerca R\$ 1,0 bilhão. Em 2004, o total de contratações beneficiou mais de 856 mil empreendimentos, sendo 40,4% do valor destinado a programas vinculados ao meio rural e 23,8% para complementar a infra-estrutura regional. Com esses valores, o BNB passa a ser a principal instituição de crédito de longo prazo para a Região. ●

Tabela 1 - Desembolsos do BNDES Segundo Ramo/ Gênero de Atividade para os Estados da Região Nordeste, em R\$ mil (Jan - Nov/04)

Ramo/ Gênero	MA 2004	PI 2004	CE 2004	RN 2004	PB 2004	PE 2004	AL 2004	SE 2004	BA 2004	TOTAL 2004
Ind. Transformação	10.150	4.771	88.186	58.963	3.903	59.515	8.752	12.860	851.701	1.098.801
Celulose e Papel	-	-	437	-	43	1.609	-	-	730.809	732.898
Fab.Prod.Químico	202	110	1.980	-	-	4.376	123	5.900	53.940	66.631
Fab.Prod.Têxtil	-	-	23.566	29.334	593	-	207	400	3.631	57.731
Comércio e Serviços	26.562	9.852	239.750	42.893	28.024	209.599	70.584	27.434	348.999	1.003.697
Transp.Terrestre	14.780	4.599	80.958	9.769	9.732	102.547	8.397	7.743	157.332	395.857
Comércio e Reparação	1.597	1.351	12.342	3.946	3.310	53.786	2.830	1.440	19.765	100.367
Eletr. Gás Água Quant.	7.330	-	118.286	24.076	8.020	30.254	50.178	15.825	128.715	382.684
Agropecuária	82.670	29.366	10.637	8.732	3.484	30.082	3.996	831	195.197	364.995
Ind. Extrativa	-	-	670	320	87	-	-	-	9.883	10.960

FONTE: Dados Originais BNDES. Disponível em: www.bndes.gov.br. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

1.3 - Desempenho Externo da Região Nordeste do Brasil

Ana Maria Fontenele*

Maria Cristina Pereira de Melo*

A pesquisa Desempenho Externo da Região Nordeste do Brasil: uma avaliação da competitividade e potencialidades de expansão dos setores exportadores estaduais** apresenta os resultados do comércio exterior dos estados do Nordeste entre os anos 1997 e 2003.

O estudo constata que as intervenções recentes, direcionadas para expandir ou modernizar a estrutura produtiva dos estados, trouxeram avanços significativos. No entanto, a ausência de políticas regionais impediu que resultados mais expressivos fossem alcançados ou consolidados.

De um modo geral, a implementação de políticas públicas baseadas em incentivos fiscais e financeiros, em implantação de infra-estrutura e em garantia da formação de recursos humanos, mudou a configuração das vendas do Nordeste para o exterior.

Como resultado das políticas de atração de investimentos, surgiram, no período analisado, novos setores e novos produtos (não-tradicionais) de exportação, ofertados tanto para consagrados parceiros como para novos destinos. Isso sugere que, mesmo com grandes dificuldades, é possível cogitar a reedição de uma cultura exportadora capaz de reproduzir performances anteriormente registradas.

Apesar de apresentarem indicadores mais ou menos comuns em termos de desenvolvimento social (alto nível de pobreza, elevada concentração de renda e baixo PIB *per capita*), os esta-

dos nordestinos possuem estruturas produtivas diferenciadas.

Essas particularidades foram reforçadas em algumas estados, a exemplo da Bahia, ou amenizadas em outras, caso do Ceará, pelas referidas políticas públicas — que acabam por orientar o perfil exportador desses estados, à medida em que apóiam setores potencialmente competitivos no comércio exterior.

A pesquisa confirma também que há uma clara correlação entre a riqueza (relativa) dos estados e o seu grau de abertura — mesmo porque as importações estão fortemente associadas à geração do produto, uma vez que as maiores compras feitas ao exterior são de bens de produção.

O *market share* nordestino, em relação ao comércio exterior brasileiro, permaneceu estável durante todo o período analisado. A Bahia detém a maior participação no comércio internacional da Região, seguida do Maranhão e do Ceará. Vale salientar que estes três estados possuem também os maiores coeficientes de importação.

Em termos de setores e de produtos, apreende-se uma forte concentração nas pautas dos estados do Nordeste — embora se constata um movimento de queda no período analisado. Esta característica reduz as potencialidades de expansão do comércio exterior, pois a performance fica associada a poucos setores, produtos e/ou destinos.

* As autoras são doutoras em economia, professoras e pesquisadoras do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.

** A versão final desta publicação, realizada para o BNB/Etene, tem divulgação prevista para julho de 2005.

De acordo com os indicadores sistêmicos estaduais, a Bahia, o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte ganharam competitividade entre os anos analisados. Apesar da estabilidade associada ao Piauí, é importante assinalar que este estado não possui tradição de atividade exportadora.

A análise de qualquer dos indicadores explicita queda de importância do estado de Pernambuco diante do comércio exterior da Região. Apesar de alguns ganhos em infra-estrutura no período mais recente — com o porto de Suape, por exemplo —, este estado parece carecer de uma política de inserção internacional mais incisiva, como as percebidas no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A simplicidade da estrutura produtiva dos estados do Nordeste reproduz-se na característica dos indicadores de conteúdo tecnológico. Nenhum produto classificado como de alta tecnologia é exportado pela Região.

Os produtos exportados e classificados como de média alta intensidade tecnológica são aqueles oriundos essencialmente da indústria química e da indústria de máquinas e equipamentos elétricos — exportados, sobretudo, pelos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas.

O mapeamento das exportações dos estados nordestinos e os resultados expostos nesta pesquisa indicam a possibilidade de se esboçar roteiros de políticas de comércio exterior tanto em nível regional, privilegiando setores/produtos comuns, como para segmentos específicos de alguns estados.

Mas isso somente será possível através da reativação de uma coordenação federal para o Nordeste, cuja ausência é sentida desde o enfraquecimento ou desaparecimento das instituições de desenvolvimento regional. ●

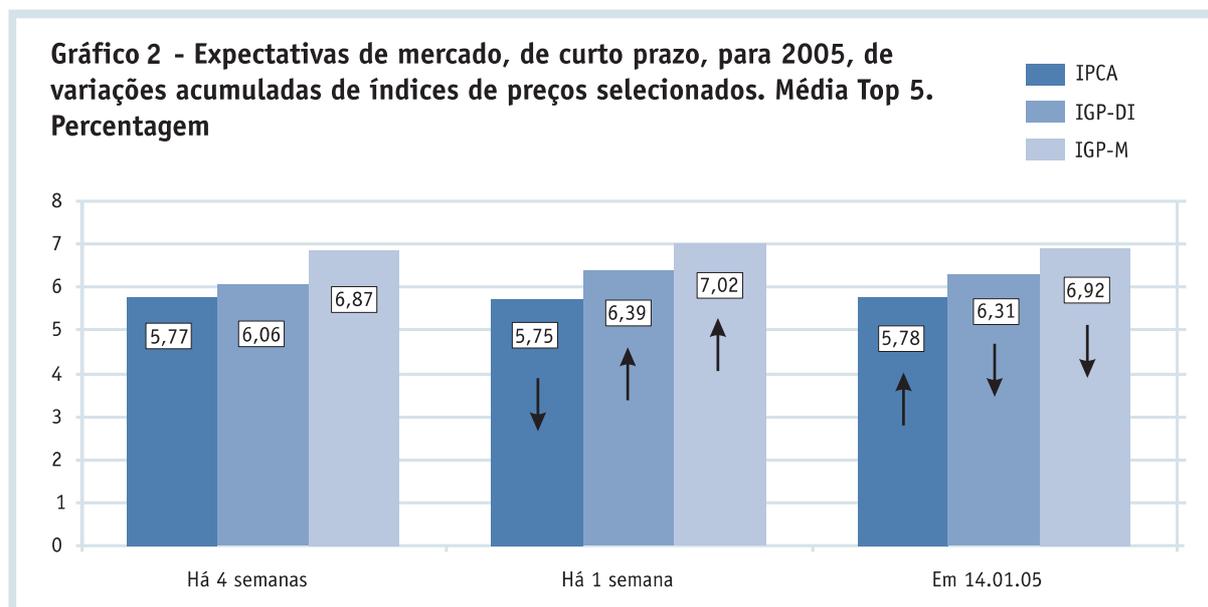
2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

A comparação entre as expectativas geradas pelo mercado, no terceiro trimestre de 2004, e os números efetivamente consolidados ao final do ano revela nuances interessantes.

As estimativas das fontes consultadas pelo Banco Central (Top 5)¹ se aproximaram do resultado consolidado em apenas um dos três itens basilares para a economia brasileira: o índice de inflação.

Nos demais itens — juros e câmbio — a realidade se distanciou das previsões. A Selic terminou o ano num patamar acima do esperado e o dólar caiu mais do que o projetado.

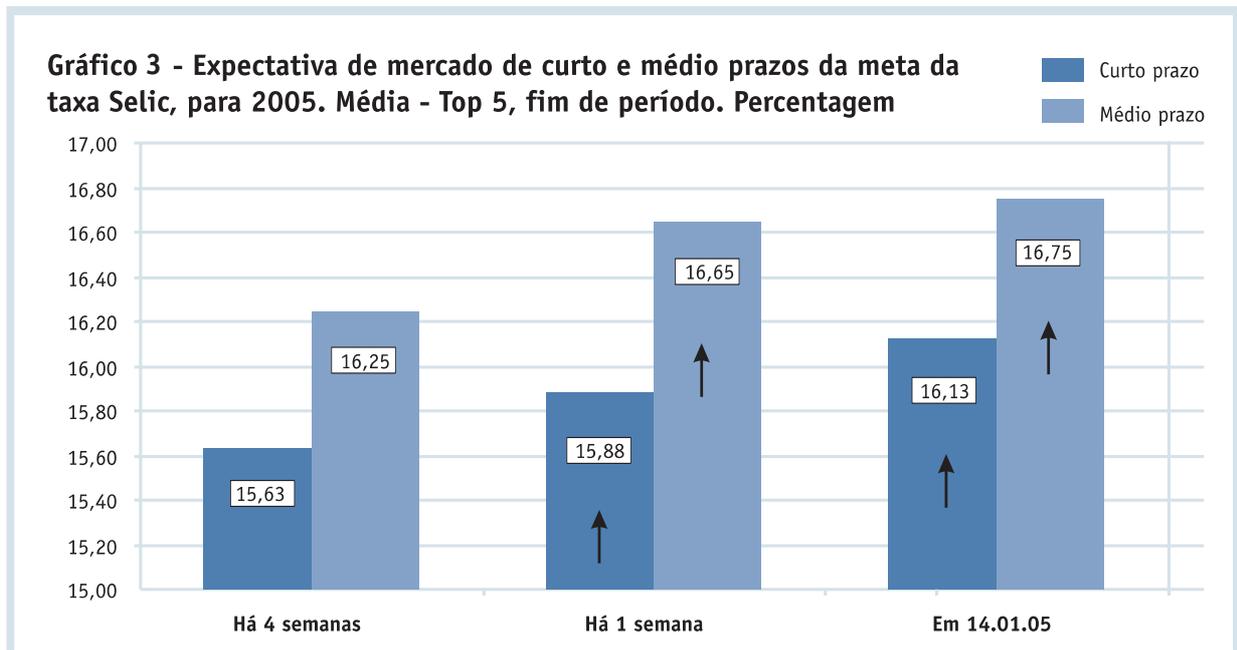
As estimativas para 2005, traçadas no final de janeiro, sugerem um índice de inflação (IPCA) em torno de 6%. Os juros manifestam tendência de alta e o dólar dá sinais de que vai continuar em queda.



Fonte: Derivado de BACEN-GERIN: Relatório de mercado de 14.01.2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior: ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = estabilidade

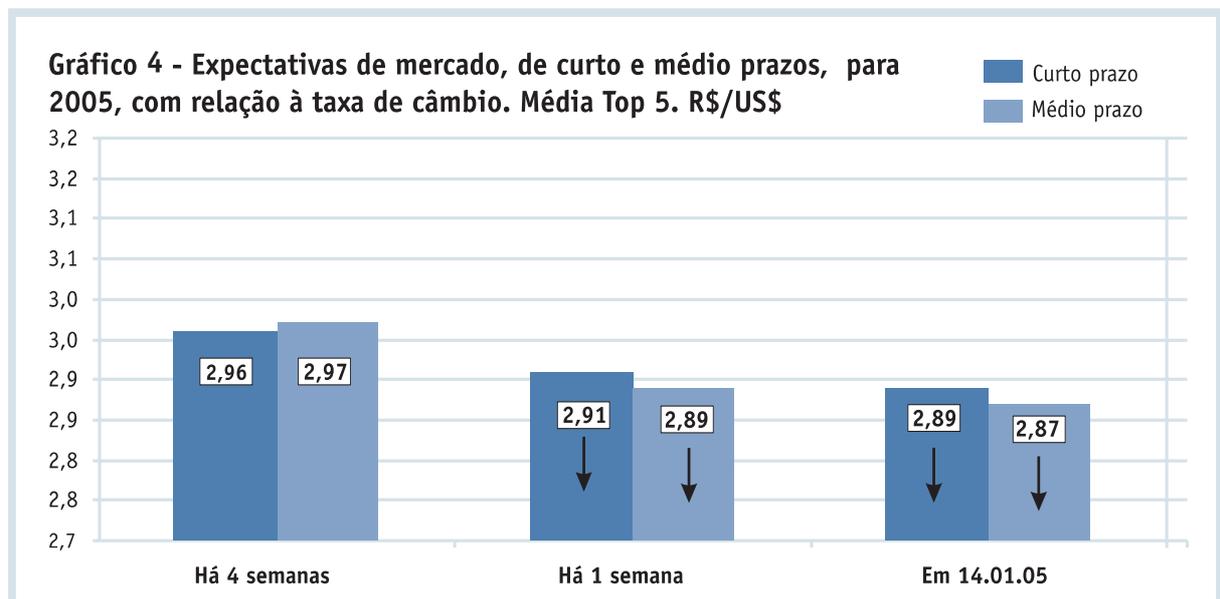
¹ Classificadas como Top 5 são as cinco instituições consultadas pelo BACEN que mais aproximam, num determinado período de tempo, suas respectivas projeções de variáveis como preços, câmbio, taxa Selic dentre outras, dos valores efetivamente realizados.

Taxa Selic



Fonte: Derivado de BACEN-GERIN: Relatório de mercado de 14.01.2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior: ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = estabilidade

Taxa de Câmbio

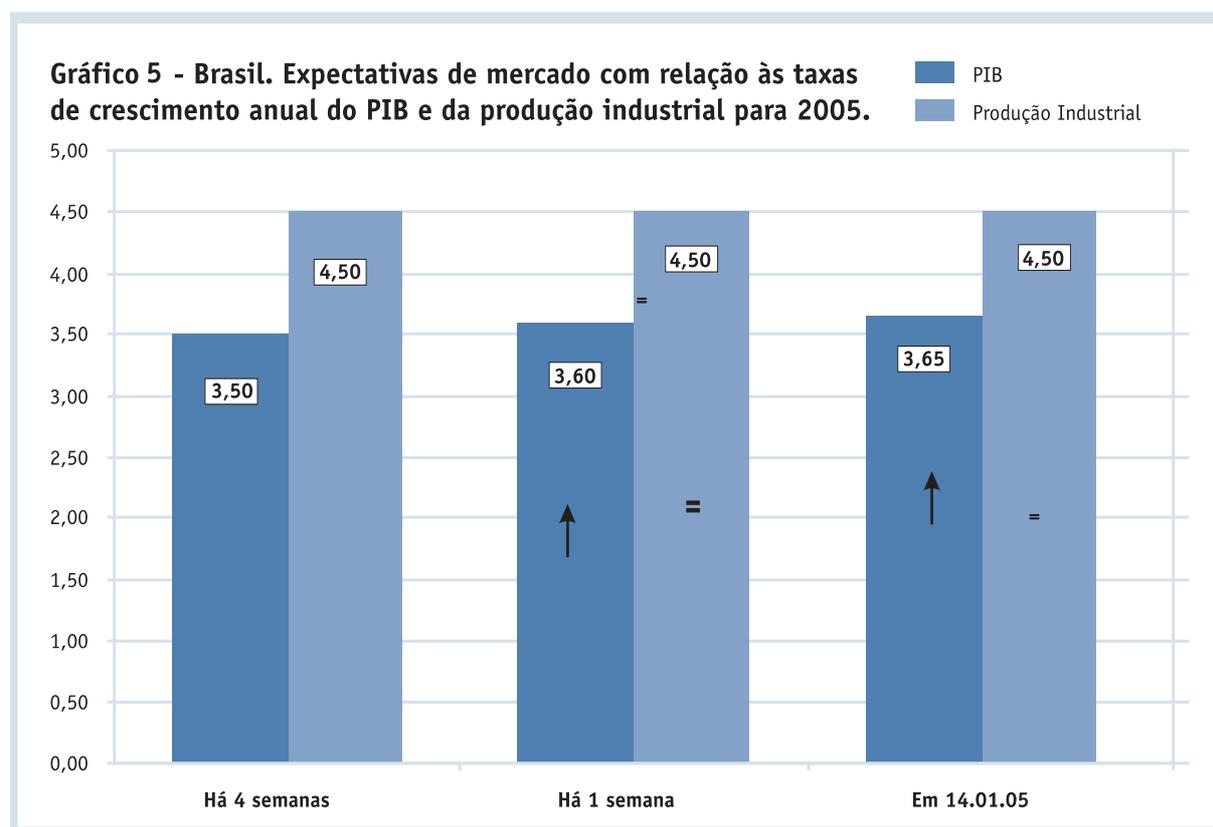


Fonte: Derivado de BACEN-GERIN: Relatório de mercado de 14.01.2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior: ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = estabilidade

PIB e Produção Industrial

Em 2005, a expectativa do Banco Central é de que o PIB apresente uma evolução de 4% em relação ao ano passado — o que será um bom desempenho, considerando que esse crescimento

se projetará sobre uma base elevada de comparação. Houve expansão de 5,2% em 2004, fortemente alicerçada pela boa performance da indústria.



Fonte: Derivado de BACEN-GERIN: Relatório de mercado de 14.01.2005.

Convenção: com relação ao período imediatamente anterior: ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = estabilidade

PIB do Nordeste

Conforme projeções de BNB Conjuntura, o Nordeste tende a seguir o mesmo ritmo de crescimento da economia brasileira — expansão do PIB próxima a 5%, em 2004, e incremento de 3,8% para este ano.

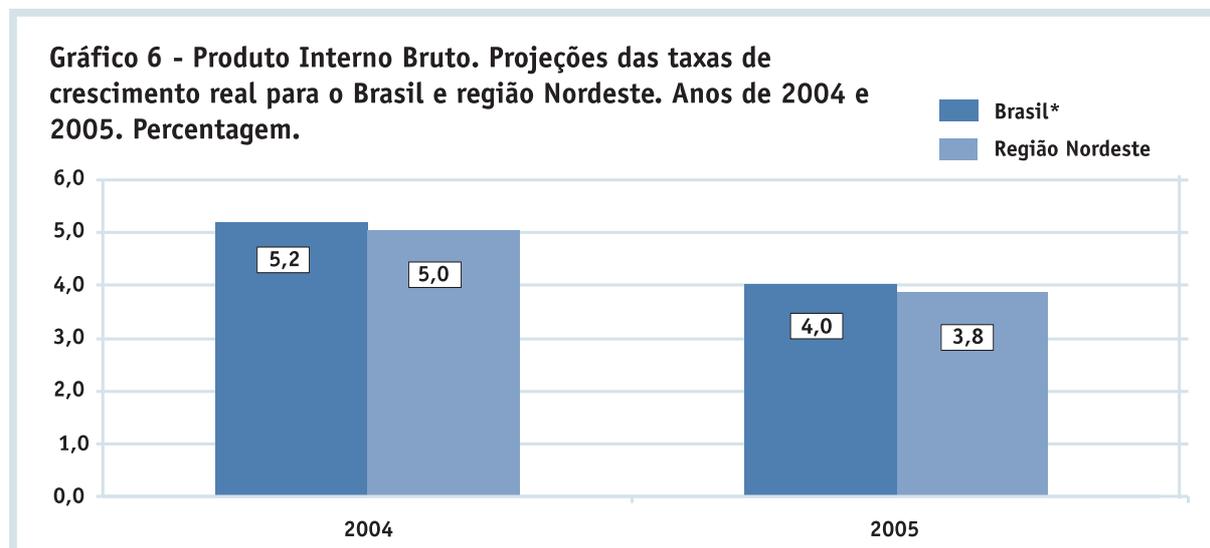
Mas estas estimativas podem ser revistas para melhor, caso se consolidem alguns investimen-

tos de grande porte previstos para a Região. Além disso, a própria atuação do BNB, a exemplo do que ocorreu em 2004, pode ser determinante para conferir dinamismo à economia nordestina.

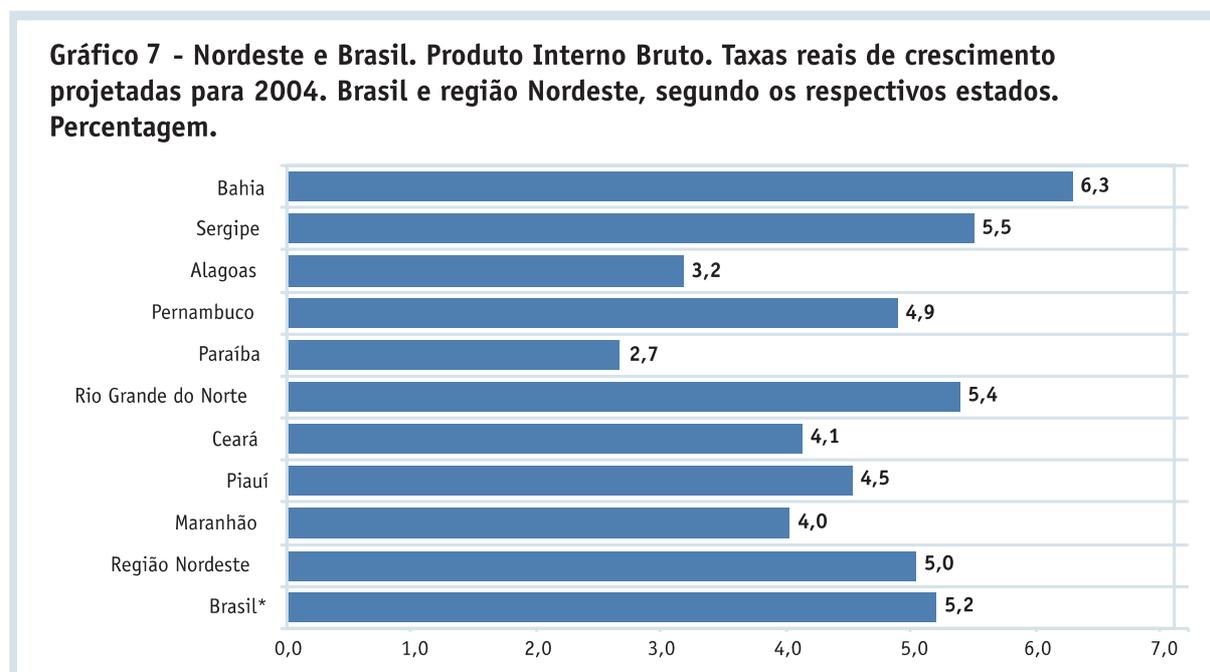
Este é, portanto, um início de ano rico em possibilidades. O desempenho do setor expor-

tador, a elevação do emprego e da renda, além da expansão do crédito ao consumo — especialmente na modalidade “desconto em folha de pagamento” —, são fortes indícios de que o

mercado doméstico vai continuar aquecido e a economia manterá um ritmo satisfatório de crescimento em 2005. ●



Fonte: Projeções de BNB Conjuntura Econômica, excetuando-se a projeção para o Brasil em 2005, a qual adotou-se a assumida pelo Banco Central em seu Relatório de Inflação de dezembro de 2004, p. 25-27.



Fonte: Projeções de BNB Conjuntura Econômica.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

Economia apresenta maior crescimento dos últimos anos

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) atingiu, no terceiro trimestre de 2004, o montante de R\$ 457,736 bilhões, acumulando, entre os meses de janeiro a setembro, o valor de R\$ 1.289,450 trilhão, segundo as estimativas preliminares das contas trimestrais do IBGE. Na respectiva composição da demanda, o consumo das famílias representou 54,6% do total; a formação bruta de capital fixo, 21,0%; a variação de estoques, 1,0%; o consumo do governo, 18,0%; as exportações 19,4%; e as importações, 14,0%.

O período janeiro-setembro também consolidou, em relação a igual intervalo de 2003, uma expansão de 5,3% do PIB — o melhor resultado desde 1995, quando o incremento foi de 6,4%. Comparando o terceiro trimestre de 2004 com o mesmo período do ano anterior, o crescimento chega a 6,1% — a taxa é a mais elevada desde o terceiro trimestre de 1996. Este desem-

penho vem sendo interpretado como uma confirmação da trajetória de crescimento da economia brasileira (TABELA 2).

Considerando os valores ajustados sazonalmente, o crescimento no terceiro trimestre com relação ao anterior foi de 1,0%. Embora inferior à oscilação de 1,4% verificada na comparação do segundo com o primeiro trimestre de 2004, o índice é superior ao apurado no terceiro trimestre de 2003 (0,6%).

Na perspectiva da composição setorial do Produto Interno Bruto, o terceiro trimestre apresenta a maior expansão do PIB industrial (7,0%), com destaque para a construção civil (11,6%) e a indústria de transformação (6,6%) — mesmo que esta tenha arrefecido ligeiramente o seu crescimento em comparação ao ocorrido no trimestre anterior, quando atingiu 6,9% (TABELA 3).

Tabela 2 - Variações Trimestrais do PIB a Preços de Mercado

Tipo de Variação (%)	2003 -III	2003 - IV	2004 - I	2004 - II	2004 - III
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	0,4	0,5	4,0	4,8	5,3
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	- 0,2	0,9	4,0	5,6	6,1
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	0,6	1,9	1,8	1,4	1,0

Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Volume, p.6. (Jul-Set/04). Disponível em: www.ibge.gov.br

Tabela 3 - Variação do PIB em Volume, por Setores Econômicos. Variação Trimestral (%)

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2003 - III	2003 - IV	2004 - I	2004 - II	2004 - III
Agropecuária	- 3,3	4,3	5,8	6,0	4,9
Indústria	0,8	- 0,1	5,5	6,3	7,0
Extrativa Mineral	1,8	15,6	2,2	2,0	2,1
Transformação	3,0	0,3	9,1	6,9	6,6
Construção Civil	- 7,0	- 7,7	- 0,8	6,9	11,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,4	0,8	1,5	5,9	4,8
Serviços	0,1	1,0	2,4	4,2	4,7
Comércio	- 5,2	0,5	4,8	8,9	10,4
Transporte	2,3	3,6	10,6	5,7	1,3
Comunicações	0,9	- 2,0	- 1,4	0,2	2,7
Instituições Financeiras	- 1,1	0,5	2,1	4,6	5,4
Outros Serviços	1,3	0,7	2,1	7,1	7,4
Aluguel de Imóveis	1,1	2,3	1,2	1,5	2,2
Administração Pública	0,9	1,0	2,0	2,4	2,3

Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Volume. Disponível em: www.ibge.gov.br.

É importante salientar que o expressivo desempenho da construção civil é, em grande parte, explicado pela base de comparação reduzida do ano anterior. De fato, a atividade apresentou no terceiro trimestre de 2003 o pior desempenho entre os subsetores da indústria, passando a ostentar crescimento positivo somente a partir do segundo trimestre de 2004.

Vale ressaltar que a expansão da indústria de transformação deveu-se, em grande medida, ao crescimento da produção de bens de consumo duráveis, principalmente de veículos e de aparelhos de comunicações, bem como de bens de capital, em que se destacam a fabricação e a manutenção de máquinas e equipamentos, tanto para o mercado externo quanto o interno.

Embora o mercado externo continue a exercer papel importante na atual fase expansiva da economia, agora, também, com forte participação das exportações de manufaturados, a reativação da demanda interna é uma das suas facetas mais significativas na atual fase ascendente do PIB. Este fato pode ser evidenciado

no incremento sustentado durante todo o ano do consumo das famílias e dos gastos em investimentos — estes repercutindo na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

A redução do desemprego e uma certa melhoria dos rendimentos reais, associadas à expansão do crédito, são os fatores fundamentais na determinação do consumo das famílias. Ao mesmo tempo, este tipo de demanda induz novas ondas de inversões produtivas, por conta de melhoria das expectativas de vendas e lucros. Isto, sem deixar de levar em conta o aumento sustentado e diferenciado da demanda externa.

Esta dinâmica, em consequência, passa a exercer influência positiva no setor serviços, que aumentou suas atividades em 4,7% no terceiro trimestre, em relação ao anterior — desempenho praticamente igual ao da agropecuária (4,9%). Além disso, o setor de serviços já havia crescido 4,2% no segundo trimestre, considerando-se a mesma base de comparação.

É importante destacar que o melhor desempenho do setor foi verificado no comércio (10,4%), no qual os segmentos com melhor performance são os mais dependentes do crédito — caso dos bens duráveis, como será discutido adiante. Sobressaiu-se também o subgrupo “outros serviços” (7,4%), além do financeiro (5,4%). Ou seja, todos os subsetores intimamente ligados à expansão do mercado interno.

No âmbito do mercado externo, como já referido, as exportações continuam sendo importante suporte da fase atual de crescimento econômico. No terceiro trimestre, as vendas internacionais avançaram 18,2%, em relação ao mesmo período de 2003. As importações também registraram uma expansão importante (17,7%) e, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a taxa de crescimento das importações de bens e serviços foi 3,7% contra 1,5%, das exportações.

Dois fatores principais explicam a retomada expansiva das importações nesse último trimestre: o crescimento regular e contínuo do PIB, que estimula as importações de bens de capital e matérias-primas; e também a recente valorização do real frente ao dólar, que vem estimulando as importações de bens de consumo final, podendo, assim, concorrer para comprometer o saldo da balança comercial em médio prazo².

Como demonstra a TABELA 4, ao longo do ano, os efeitos positivos das exportações no incremento do PIB vêm se reduzindo trimestre a trimestre, ao mesmo tempo em que evolui, a taxas crescentes, o consumo das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja: ganham dinamismo os componentes fundamentais do mercado interno. O consumo do governo, no entanto, não vem apresentando, em termos incrementais, maior significado na expansão econômica recente³.

Tabela 4 - Produto Interno Bruto. Composição da Demanda. Variação Acumulada no Ano. (%)

Discriminação	2003				2004		
	I	II	III	IV	I	II	III
PIB a Preços de Mercado	1,5	0,7	0,4	0,5	4,0	4,8	5,3
Consumo das Famílias	-1,1	-2,6	-2,4	-1,5	1,6	3,0	3,9
Consumo do Governo	0,5	1,1	1,3	1,3	0,8	0,8	0,6
Formação Bruta de Capital Fixo	-0,1	-4,6	-5,7	-5,1	1,8	7,5	11,8
Exportação	12,0	18,1	10,3	9,0	20,5	18,9	18,6
Importação	-5,5	-5,7	-5,5	-1,7	12,5	13,4	14,9

Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Volume (Jul-Set/04). Disponível em: www.ibge.gov.br

² Conforme dados do Banco Central, em junho de 2004, a taxa média diária de câmbio (venda) foi de 3,13 R\$/ US\$ e, em dezembro, 2,72 R\$/ US\$, ou seja, uma valorização do real, na média, em termos nominais, de 13,1% no período.

³ Não é demais evidenciar que, proporcionalmente, o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo representam as parcelas mais expressivas da demanda agregada. Neste último trimestre, como citado antes, representaram nada menos que 54,6% e 21,0%, respectivamente, em contrapartida a 19,4% das exportações. Desse modo, mesmo com incrementos proporcionais menores que os das exportações, os efeitos da demanda interna sobre o crescimento do PIB são bem mais significativos que os da demanda externa.

Entretanto, é importante observar que se, por um lado, a desvalorização do dólar pode exercer influências negativas sobre os saldos comerciais, por outro, também contribui para atenuar as pressões inflacionárias ao baratear, em moeda nacional, os preços de bens intermediários. Além disso, repercutiu nos gastos com combustíveis e lubrificantes importados, atenuando os efeitos negativos da recente alta de preços do petróleo no mercado internacional⁴. O mesmo ocorre em relação aos preços dos bens de capital importados, contribuindo para reforçar o processo de expansão de capacidade produtiva, — especialmente necessária neste contexto de crescimento da demanda interna.

Neste sentido, a Formação Bruta de Capital Fixo, que responde pelos gastos internos em investimentos, teve um incremento de 20,1% no terceiro trimestre, em relação ao mesmo período de 2003, consolidando a maior taxa desde o segundo trimestre de 1995. Na comparação com o segundo trimestre, o incremento foi de 6,7%, ratificando a retomada iniciada no terceiro trimestre de 2003. Nos três primeiros trimestres

do ano, a FBCF apresentou um incremento acumulado de 11,8%, contrastando significativamente com a queda de 5,7% em igual período do ano anterior.

O crescimento acelerado da FBCF no acumulado do ano decorreu, principalmente, da aquisição de máquinas e equipamentos (conforme já mencionado). Desse modo, o incremento da produção de bens de capital não está mais tão restrito ao aumento das exportações, em função da demanda derivada do agronegócio. A expansão produtiva do setor de bens de capital está ocorrendo de forma bem mais ampla, indicando ampliação da capacidade produtiva da economia em geral.

Outro dado importante é que a expansão da importação de bens de capital, que vem apresentando taxas de crescimento relevantes nos dois últimos trimestres, ocorre, de modo concomitante, com a retração das exportações desses itens. Isso sugere, portanto, que a economia brasileira está absorvendo maior volume de bens destinados ao incremento da produção (TABELA 5).

Tabela 5 - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)^a, em %

	Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior							Acumulado em 2004
	2003				2004			
	I	II	III	IV	I	II	III	
FBCF		-9,0	-7,6	-0,4	1,8	13,4	20,1	11,8
Construção	-2,3	-9,3	-8,2	-6,2	0,7	6,9	11,3	6,3
Máquinas e Equipamentos	-0,2	-15,4	-10,7	22,0	6,2	16,6	19,6	14,2
Absorção Nacional^b	10	-12,2	-2,2	10,4	7,9	15,4	20,5	14,6
Produção	2,6	-2,7	5,9	16,3	20,2	25,0	25,6	23,7
Exportações	-13,3	26,4	24,8	25,4	54,1	50,9	40,5	47,7
Importações	-27,3	-31,6	-33,4	30,1	0,0	18,2	16,6	11,6

^a Decomposição da FBCF do IPEA.

^b Produção - exportações

Fonte: IPEA. Extraída de: Boletim de Conjuntura / 67 / dez 2004, p.4.

Disponível em: www.ipea.gov.br

⁴ O valor total das importações, em dólares correntes, em 2004 com relação a 2003, aumentou 30%; de bens de capital, 17,2%; de bens de consumo, 23,8%; de combustíveis e lubrificantes, 56,4%; e de matérias-primas e produtos intermediários, 29,8%. Conclui-se, então, que o incremento do total das importações foi fortemente influenciado pelo aumento, em valor, de combustíveis e lubrificantes. Em 2004, as importações de bens de capital representaram 19,3% das importações totais; bens de consumo, 10,9%; combustíveis e lubrificantes, 16,4%; e matérias-primas e produtos intermediários, 53,4%.

Convém destacar que outra componente da Formação Bruta de Capital Fixo, a construção civil, também teve uma performance satisfatória no acumulado do ano, após sucessivos resultados negativos nos quatro trimestres de 2003. Essa trajetória de recuperação do investimento repercute, de forma bem mais significativa, nos níveis de emprego (que será discutido adiante). Mas é necessário observar que esse bom desempenho da FBCF é bastante facilitado pelo aumento das operações de crédito do sistema financeiro para pessoa jurídica.

De fato, o total das operações de crédito do sistema financeiro nacional expandiu-se, em 2004, 17,6% — passou de R\$ 411,4 bilhões, em dezembro de 2003, para R\$ 484 bilhões um ano depois. Em relação ao PIB, no mesmo intervalo essa relação evoluiu de 25,8% para 26,3%.

Das operações registradas em dezembro de 2004, R\$ 464,8 bilhões (96%) foram destinados ao setor privado, dos quais 26,9% foram demandados pela indústria; 5,6% pela habitação; rural e comércio, ambas com participação de 11,8%; pessoas físicas, 27%; e outros serviços, 17,3%.

É importante salientar que o aumento dessas operações de crédito decorreu, sobretudo, do incremento das operações com recursos livres, cuja proporção do PIB, em dezembro de 2003, foi de 14,0% — atingindo 14,8% em dezembro de 2004. As operações com recursos livres representaram em dezembro último cerca de 33% do total das operações de crédito do sistema financeiro⁵.

Porém, mesmo com esses resultados positivos, o nível atual de investimento ainda não é suficiente para garantir um crescimento susten-

tado sem maiores pressões inflacionárias. Vários segmentos importantes da economia já estão com altos níveis de utilização das capacidades instaladas — principalmente setores produtores de bens intermediários, que necessitam ampliar rapidamente seus investimentos, sob pena de bloquearem o processo de crescimento em curso, concomitante à difusão de pressões inflacionárias.

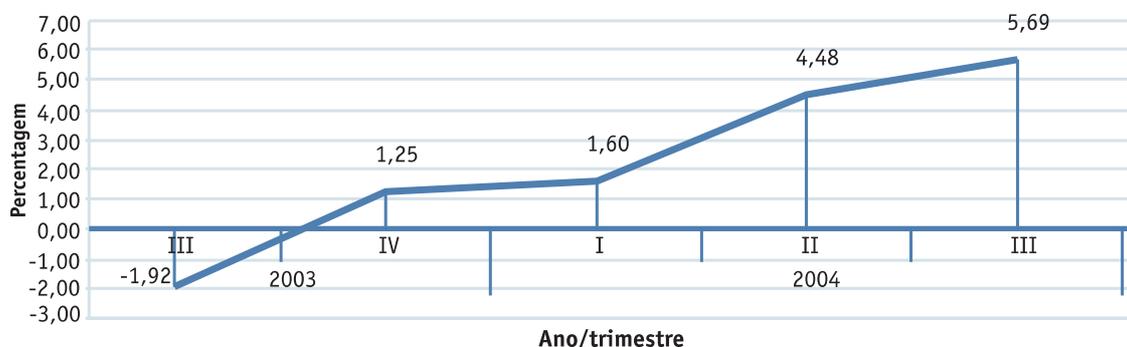
Ressalte-se que embora a meta básica de inflação para 2005 esteja estabelecida em 4,5%, com intervalo de tolerância de 2,5% para cima ou para baixo, o Copom estabeleceu o patamar de 5,1% como referência para a calibragem da política monetária. O argumento é que isso leva em conta a incorporação de dois terços de um nível de inércia inflacionária prévia, calculada em 0,9%.

Outro aspecto importante está relacionado à necessidade de que seja agilizado o processo de implementação das Parcerias Público-Privadas (PPPs) — recentemente aprovadas no Congresso Nacional, consideradas fundamentais para a realização de investimentos em infra-estrutura e cujos efeitos sobre a indústria da construção civil são extremamente relevantes. Por outro lado, cabe assinalar que a participação da FBCF no PIB, no terceiro trimestre de 2004, foi de 21,0%, enquanto no mesmo trimestre de 2003 foi de 17,8% — ou seja, um acréscimo de 17,8%.

Em relação ao consumo das famílias, verifica-se, pelo quarto trimestre consecutivo, taxas de crescimento positivas em comparação com o respectivo trimestre do ano anterior. Ademais, a variação de 5,7% no terceiro trimestre de 2004, na comparação com o mesmo período de 2003, é a maior alcançada desde o segundo trimestre de 1997 (GRÁFICO 8).

⁵ Todas as informações utilizadas nesta análise foram derivadas de BACEN — Sistema Financeiro Nacional. Informações sobre operações bancárias, dados consolidados (mensal).

Gráfico 8 - Brasil. Índices de Variação do Consumo das Famílias. Trimestre com Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior. Média de 1990=100.



Fonte: IBGE. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

A expansão do consumo das famílias está relacionada ao crescimento da oferta de crédito destinada a pessoas físicas no período e, também, às melhorias observadas no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito à redução das taxas de desemprego, como será discutido na seção pertinente deste boletim.

O montante total das operações de crédito destinado às pessoas físicas, em dezembro de 2004, atingiu R\$ 125,7 bilhões, ante R\$ 94,4 bilhões de dezembro de 2003 — incremento de 27%. Essas operações com recursos livres passaram, no período destacado, de R\$ 88,1 bilhões para R\$ 113,6 bilhões, ou seja, aumento de 28,9%.

Neste contexto, os créditos às pessoas físicas consignados em folha de pagamento, cujos encargos para os mutuários são muito inferiores às outras tradicionais formas de empréstimos pessoais, vêm assumindo importância significativa. Isto, certamente, contribuiu para reduzir, na média, os encargos de empréstimos pessoais, de sorte que, no período dez/2003-dez/

2004, as taxas anuais de juros passaram de 66,6% para 61,5%, representando um declínio de 5,1 pontos percentuais. O *spread*, por sua vez, oscilou de 50,8% para 43,9%, com redução de 6,9 pontos percentuais⁶.

O incremento do consumo das famílias reflete também a expansão da massa salarial, que aumentou 5,3% no terceiro trimestre de 2004, frente a igual período do ano passado, em decorrência do crescimento do pessoal ocupado e do rendimento médio real do trabalho (assunto que será detalhado adiante).

Já o consumo do governo tem dado modesta contribuição para expansão recente do PIB. Constata-se que no terceiro trimestre praticamente não houve mudança com relação ao trimestre anterior. E, na comparação com mesmo período de 2003, o aumento foi bem inferior aos demais componentes da demanda, apenas 0,3%. No acumulado dos três primeiros trimestres, a participação desse item de despesa foi tão-somente 0,6%.

⁶ Dados originados de BACEN, citado na nota anterior.

Em síntese, a análise dos componentes de demanda evidencia a retomada de importância do mercado interno no bom desempenho do PIB

em 2004, inclusive com a expressiva retomada de crescimento do segmento industrial e do consumo das famílias.●

3.2 - Projeções de Desempenho da Economia do Nordeste

A informação mais recente sobre o Produto Interno Bruto nordestino refere-se ao ano de 2002 e consta das contas regionais consolidadas pelo IBGE. Naquele ano, o PIB, a preço de mercado corrente, alcançou a cifra de R\$ 181,933 bilhões, representando 13,52% do total nacional — um bom resultado, considerando-se que essa proporção, no ano anterior, foi de 13,1%. O desempenho, por outro lado, assinala a tendência de expansão da economia regional registrada a partir do ano 2000. Ademais, é o maior valor dessa participação desde 1986, quando atingiu 14,1%⁷.

Embora fosse possível esperar uma alta dessa participação em 2002, dado que a Região foi alvo de efetivas implementações produtivas nos anos 1990, devido aos incentivos fiscais patrocinados pelos governos estaduais, essa diferença observada, com relação a 2001, é realmente inusitada.

Neste sentido, o que se espera para o período 2003-2005 é que a ordem de grandeza da participação da economia nordestina no agregado nacional se reduza ligeiramente com relação a 2002, pelo fato de o ritmo daquelas inversões com incentivos locais virem, no geral,

diminuindo. Isto não significa, no entanto, que uma nova onda de inversões produtivas na Região⁸ não se viabilize no médio prazo.

Além disso, no curto prazo, há que se levar em conta a retomada sustentada dos financiamentos pelo BNB, a partir de 2003, que passaram a funcionar como novo indutor do multiplicador dos investimentos regionais. Isso certamente vai evitar quedas mais bruscas da participação da Região no contexto nacional, ao mesmo tempo em que tende a assegurar a manutenção de patamar em níveis mais altos que nos anos 1990.

Desde que ocorram os grandes investimentos projetados, inclusive com a participação do BNB, o que se espera, no médio prazo, é um crescimento mais sustentado da renda regional, cuja tendência é de descolamento progressivo do crescimento da economia brasileira, em virtude da aquisição de maiores graus de liberdade dinâmica no seu processo de acumulação de capital — ao contrário do acontece na atualidade. Levando em consideração esses pressupostos, foram realizadas projeções para o crescimento das economias do Brasil e do Nordeste (TABELA 6).

⁷ As considerações que se seguem estão baseadas em FERREIRA, Assuéro.

O crescimento da economia do Nordeste no contexto brasileiro. Fortaleza: BNB, 2004. 24 p.

⁸ Ver suplemento, neste Boletim, sobre novas possibilidades de grandes investimentos na Região.

Tabela 6 - Brasil, Região Nordeste e Respectivos Estados. Projeções do PIB, Preços de Mercado.

Discriminação	Projeções (em R\$ de 2004)		Taxas de crescimento %
	2003	2004	
Brasil*	1.744.947.004.428	1.835.684.248.658	5,2
Região Nordeste	235.393.350.897	247.266.668.294	5,0
Maranhão	15.067.477.766	15.675.186.904	4,0
Piauí	8.133.558.858	8.502.221.377	4,5
Ceará	31.790.458.663	33.105.994.741	4,1
Rio Grande do Norte	14.587.621.786	15.374.223.315	5,4
Paraíba	14.899.528.173	15.298.982.418	2,7
Pernambuco	48.417.468.363	50.787.605.568	4,9
Alagoas	11.228.629.928	11.587.098.159	3,2
Sergipe	10.292.910.767	10.859.769.487	5,5
Bahia	80.975.696.593	86.075.586.326	6,3

(*) 2003: Brasil realizado.

Fonte: Extraído de Ferreira, Assuêro - O crescimento da economia do Nordeste no contexto brasileiro. Fortaleza: BNB, documento, inédito, 2004.

Assim, projeta-se para a economia brasileira crescimento de 5,2% em 2004, com relação a 2003. Para a região Nordeste, esse índice tende a se aproximar de 5,0%. Neste caso, destacam-se os estados da Bahia (6,3%), Sergipe (5,5%) e Rio Grande do Norte (5,4%), com incrementos acumulados no ano superiores às médias regional e nacional.

Para o ano de 2005, tal como para a economia brasileira no seu todo, é esperado um certo arrefecimento da atividade econômica nordestina, de sorte que projeções ainda muito preliminares indicam uma taxa de crescimento para o agregado da Região, em torno de 3,8%, em contraponto a 4% da economia brasileira — esta, idêntica à projeção assumida pelo Bacen no seu Relatório de Inflação de dezembro. ●

3.3 - Produção Industrial

Na série com ajuste sazonal, a produção física industrial de novembro apresentou ligeira retração (-0,4%) em relação ao mês anterior, conforme a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), do IBGE. Este resultado repete o ocorrido em outubro, na mesma base de comparação, confirmando a suave desaceleração da produção industrial verificada a partir de se-

tembro, após o ciclo virtuoso de crescimento iniciado em novembro de 2003.

Enquanto em agosto de 2004 o incremento da produção industrial foi de 13,4%, ante o mesmo mês do ano anterior, em setembro o crescimento cai para 7,5%, em similar comparação.

Assim, setembro já começa a expressar uma ligeira desaceleração da produção — movimento que se repetiu nos dois meses seguintes, entretanto sem comprometer de modo decisivo o crescimento do setor, que em novembro atingiu 8,3% no acumulado do ano, além de 8,1% ao longo de doze meses (GRÁFICO 9).

Esse significativo desempenho no acumulado no ano vem exercendo importantes efeitos positivos sobre o crescimento do PIB total, ao contrário do que aconteceu em 2003, quando o papel do setor industrial foi praticamente nulo.

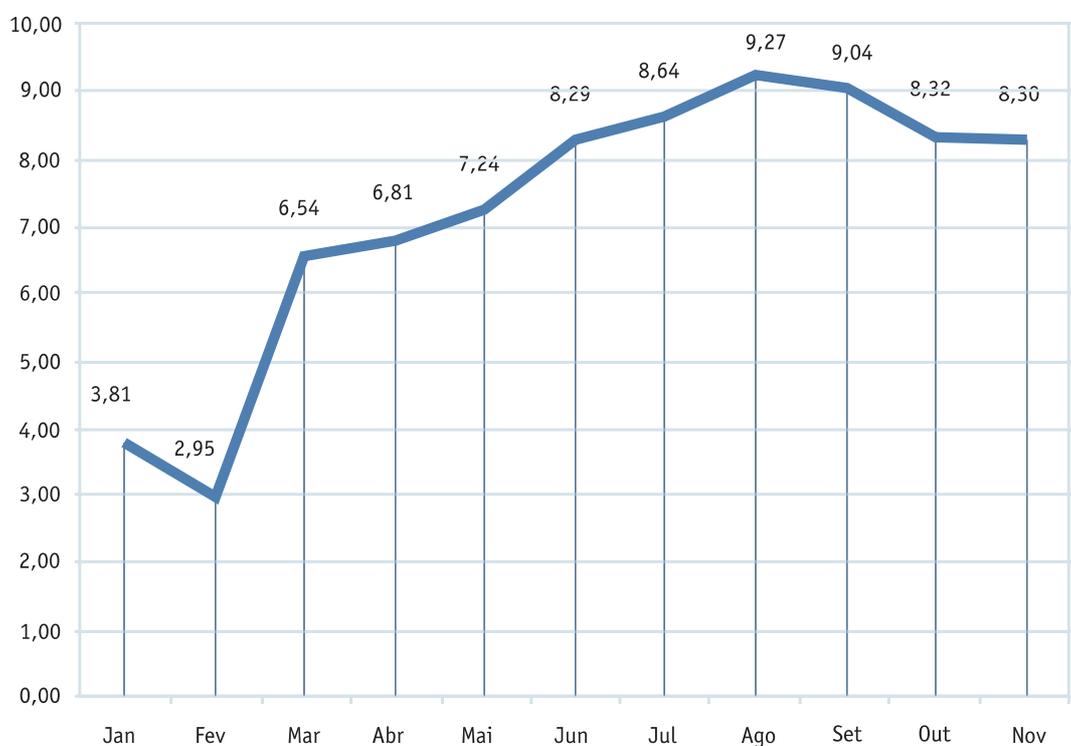
Convém salientar que em agosto o crescimento acumulado no ano somava 9,3% — o pico da aceleração industrial iniciada em março. Assim, agosto constitui uma base de comparação elevada para o mês seguinte, indicando que a desace-

leração verificada em setembro pode ser considerada bastante suave, principalmente quando analisada da perspectiva dos grandes setores da economia.

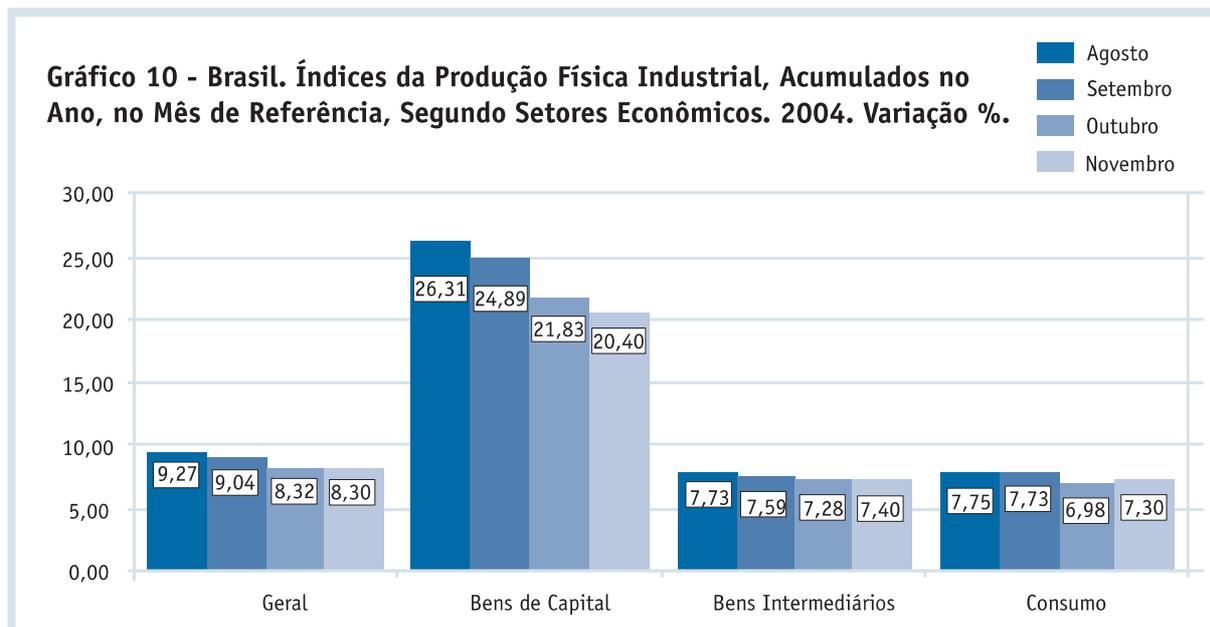
Contudo, há diferenças setoriais no que se refere à redução do crescimento entre o mês de novembro e os dois anteriores, quando a referência é o acumulado do ano (GRÁFICO 10). Em setembro e outubro, os três setores expressaram decréscimos de produção, com maior magnitude para o segmento responsável pela produção de bens de capital.

Em novembro, no entanto, os setores produtores de bens intermediários e de bens de consumo apresentaram índices acumulados no ano ligeiramente superiores aos observados em outubro, que certamente contribuíram para arrefecer o decréscimo da atividade geral (GRÁFICO 11).

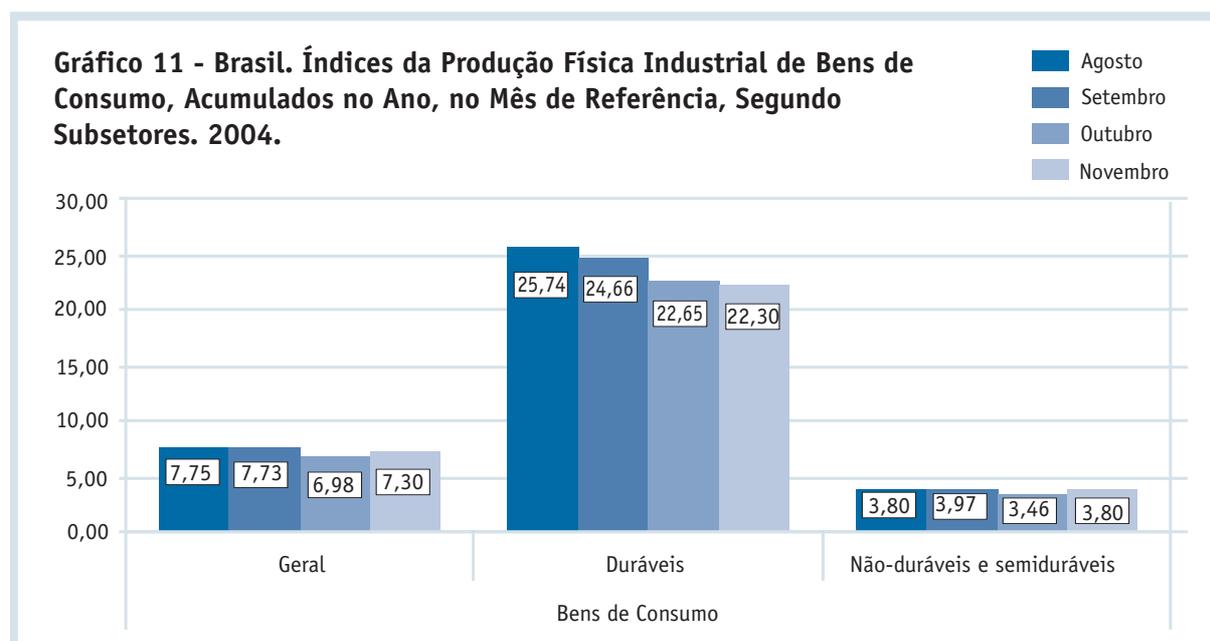
Gráfico 9 - Brasil. Índice da Produção Física Industrial, Geral, Acumulado no Ano, por Mês de Referência. 2004. Variação %.



FONTE: IBGE. PIM-PF Brasil. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.



FONTE: IBGE. PIM-PF Brasil. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.



FONTE: IBGE. PIM-PF Brasil. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Nestes termos, parece prematuro vincular essa desaceleração da produção industrial dos meses de outubro e novembro às elevações recentes da taxa básica de juros arbitrada pelo Banco Central. Do mesmo modo, seria precipitado associá-la a gargalos da indústria em geral – que

se revelam, até o momento, restritos a alguns setores ligados à produção de bens intermediários (celulose, papel e papelão, metalurgia, borracha), cujos níveis de utilização de capacidade operacional se encontram próximos ao esgotamento.

Os indicadores sugerem que a redução de desempenho da produção industrial no mês de novembro, em relação a outubro de 2003, decorreu do comportamento negativo de dezesseis dos vin-

te e três ramos industriais pesquisados na PIM-PF, com destaque para a indústria farmacêutica (-7,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-4,5%) e metalurgia básica (-3,1%). ●

3.3.1 - Produção Industrial no Nordeste

Os dados divulgados pelo IBGE em novembro demonstram que, contrariamente à tendência nacional do setor, a indústria nordestina não sofreu desaceleração em sua trajetória de crescimento. A região Nordeste, representada pela agregação dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, registrou no mês de novembro de 2004, em comparação ao mês período de 2003, crescimento de 18,1% da produção industrial — índice bem acima da média brasileira. Entretanto, no acumulado do ano, o crescimento de 7,5% é inferior ao registrado para a indústria nacional (TABELA 7).

A expansão da indústria nordestina, no mês de novembro, resulta do bom desempenho em

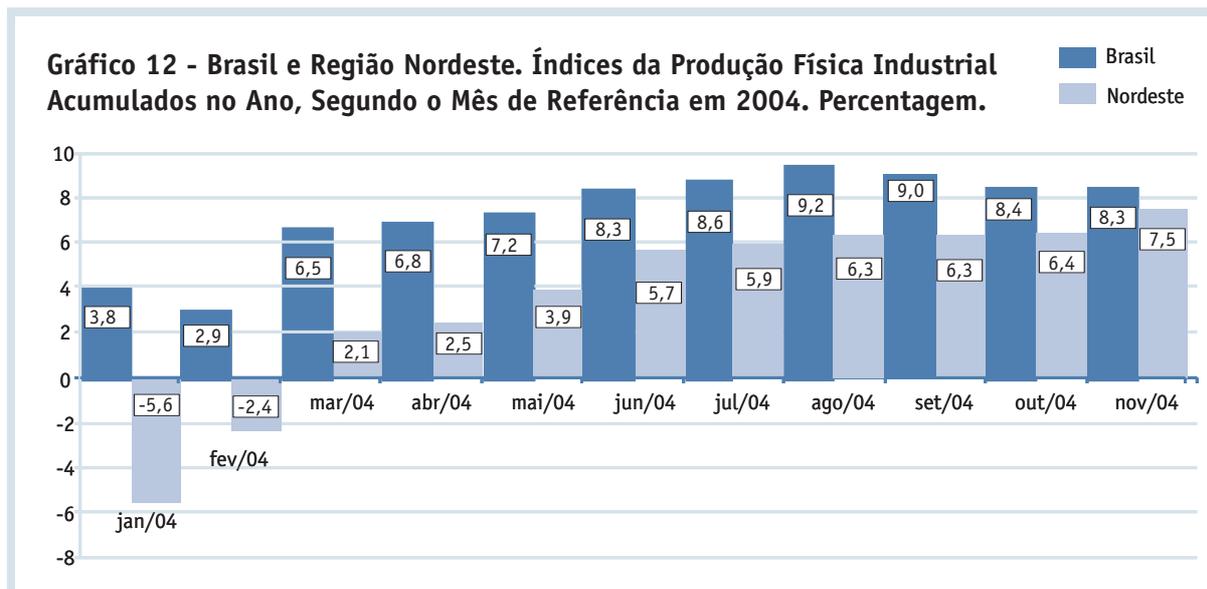
oito dos onze setores pesquisados. As atividades que apresentaram maiores incrementos foram as de refino de petróleo e produção de álcool (126,7%), produtos químicos (16,3%) e alimentos e bebidas (11,6%). As maiores baixas estão vinculadas à metalurgia básica (-16,0%) e celulose e papel (-11,6%).

No acumulado do ano, dez das onze atividades pesquisadas contribuíram positivamente para o crescimento da atividade industrial (GRÁFICO 11). Destacam-se refino de petróleo e produção de álcool, consolidando expansão de 21,2%; seguida por alimentos e bebidas, com incremento de 7,5%; e pela indústria de produtos químicos, com 5,9%.

Tabela 7 - Indicadores da Produção Física Industrial Região Nordeste

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Nov/Out	Acumulado	
		Jan - Nov	12 meses
Região Nordeste	18,1	7,5	6,5
Ceará	20,2	11,2	9,8
Pernambuco	2,3	5,4	5,1
Bahia	30,5	10,0	8,5
Brasil	8,1	8,3	8,1

Fonte: IBGE. PIM-PF Regional (Nov/04), p.25. Disponível em: www.ibge.gov.br.



Fonte: IBGE. PIM-PF Regional - Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Na comparação novembro/2004-novembro/2003, os estados nordestinos pesquisados pelo IBGE registraram taxas de crescimento positivas — e Bahia (30,5%) e Ceará (20,2%) ficaram bem acima do índice nacional (8,1%). Vale salientar que dentre os treze estados pesquisados no País, Bahia e Ceará foram os que assinalaram maiores incrementos da produção industrial nessa base de comparação.

No que se refere à taxa acumulada no ano, Ceará (11,2%) e Bahia (10,0%) também apresentaram taxa de expansão superior à média nacional. A indústria cearense tem a terceira melhor performance no crescimento da produção no período janeiro-novembro, ultrapassado somente pelos estados do Amazonas (12,9%) e de São Paulo (11,9%).

No caso cearense, a expansão da produção industrial pelo sétimo mês consecutivo, tendo como parâmetro o ano de 2003, contribuiu significativamente para o resultado. Nove das dez atividades pesquisadas cresceram no mês de novembro, com ênfase para têxtil (39,1%), vestuário (35,2%) e alimentos e bebidas (16,5%). O único segmento que apresentou retração foi a indústria de produtos de metal (-23,8%).

Entre janeiro e novembro de 2004, nove atividades registraram expansão da produção, sobressaindo-se calçados e artigos de couro (16,0%), têxtil (11,9%) e alimentos e bebidas (11,6%). A indústria de produtos de metal, no entanto, acumulou queda de 10,9%.

Em novembro de 2004, a indústria de Pernambuco registrou crescimento pelo décimo mês consecutivo, na comparação com o mesmo período do ano passado. E seis das onze atividades investigadas assinalaram expansão, ante novembro de 2003.

Apresentaram incrementos relevantes as atividades de petróleo e produção de álcool (43,7%), produtos de metal (20,3%) e alimentos e bebidas (6,0%). Por outro lado, observou-se retração em têxtil (-37,0%), máquinas, aparelhos e material elétrico (-16,0%) e metalurgia básica (-12,1%).

No acumulado do ano, oito dos nove segmentos industriais investigados assinalaram taxas positivas de crescimento. As atividades que mais se expandiram foram metalurgia básica (20,2%) e alimentos e bebidas (5,9%). Em contrapartida, os ramos de máquinas, aparelhos e materiais elétricos apresentaram queda de 10,9%.

tricos (-6,7%) e têxtil (-9,8%) registraram recuo na produção.

A indústria da Bahia, por sua vez, vem registrando incremento pelo décimo mês consecutivo, na comparação com igual período do ano anterior e crescimento em seis das nove atividades pesquisadas. Em novembro, o segmento que mais contribuiu para o resultado positivo foi o de refino de petróleo e produção de álcool, cuja taxa de expansão foi de expressivos 205,6%. Produtos químicos (18,2%) e alimentos e bebidas (14,6%)

também concorreram decisivamente para o desempenho. Os destaque negativos ficaram por conta das atividades de celulose e papel (-17,1%) e metalurgia básica (-7,8%).

No período janeiro-novembro, todos os setores pesquisados da indústria baiana apresentaram taxas de crescimento positivas. As maiores contribuições vieram de refino de petróleo e produção de álcool (22,6%), metalurgia básica (8,8%) e produtos químicos (6,3%).●

3.4 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada para o mês de outubro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelou confiança das empresas com relação ao desempenho satisfatório dos negócios. O levantamento indica que 43,0%, de um universo de 908 companhias entrevistadas, estavam otimistas, enquanto somente 7,0% consideravam as perspectivas desalentadoras.

A diferença favorável de 36 pontos percentuais entre os dois extremos (otimistas e pessimistas) é considerada de grande relevância para aferir as expectativas positivas em relação à economia, vez que é a maior já verificada a partir de abril de 1995, quando foi incluído esse quesito na pesquisa.

A Sondagem Conjuntural também constatou que o nível atual de demanda foi considerado forte por 24,0% das empresas e fraco por 9,0%, perfazendo diferença de 15 pontos percentuais entre os dois extremos, a maior desde outubro de 1994. O mesmo sucedeu em relação à deman-

da interna, avaliada como forte por 26,0% dos entrevistados e fraca por 8,0%. Já para demanda externa, o resultado é o mais positivo desde 1979 — forte para 15,0% dos entrevistados e fraca para apenas 8,0%.

No que se refere ao nível de estoques, 4,0% dos entrevistados consideraram o patamar atual insuficiente e 5,0%, excessivo. A diferença (-1 ponto percentual) representa um nível elevado de atividade econômica e não se verificava desde abril de 1995.

As empresas também demonstraram confiança com relação aos negócios nos próximos seis meses. Das entrevistadas, 54,0% acreditam que a situação dos negócios será melhor do que no mesmo período do ano anterior e somente 6,0% avaliam que o quadro pode piorar.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação atingiu 86,1% em outubro de 2004, representando o maior índice de ocupação mensal desde 1976 (TABELA 8).

Tabela 8 - Nível de Utilização da Capacidade (NUCI) - Percentuais

	2003		2004			
	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	80,4	81,6	80,8	81,7	84,5	86,1
Bens de Consumo	75,3	77,1	75,1	75,7	80,4	82,0
Bens de Capital	71,2	77,5	75,1	79,1	81,8	81,0
Material de Construção	78,7	78,4	80,5	81,9	80,5	85,8
Bens Intermediários	86,3	86,3	85,7	87,2	87,4	89,0
GÊNEROS COM MAIOR NUCI EM OUTUBRO/2004						
Borracha	89,2	89,7	90,4	90,8	93,2	96,9
Celulose, Papel e Papelão	91,8	93,7	92,6	92,0	94,7	93,5
Perfumaria, Sabões, Detergentes, Glicerinas e Velas	71,3	70,5	80,8	94,4	91,6	93,4
Metalurgia	89,5	90,1	90,4	89,8	92,0	92,4
Indústrias Têxtil	85,2	88,8	84,4	89,4	90,2	90,7
Mecânica	82,8	83,8	83,4	84,8	85,2	88,7
Produtos de Matérias Plásticas	76,4	79,5	84,6	84,9	83,8	87,9
Material Elétrico e de Comunicações	68,5	73,6	71,4	75,3	79,1	85,3
GÊNEROS COM MENOR NUCI EM JULHO/2004						
Editorial e Gráfica	74,5	75,2	82,7	77,9	76,2	74,6
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	58,6	65,8	58,8	62,3	62,2	63,6
Fumo	73,1	52,5	52,7	71,8	65,9	59,6

Fonte: FGV/ IBRE/ DGD. Sondagem Conjuntural da Ind. de Transformação, ano 37 - nº 153 (27/10/04), p.4. Disponível em: www.ibre.fgv.br

Este alto nível de utilização de capacidade está em grande medida sendo influenciado pelo setor produtor de bens intermediários, cujo Nuci médio, em outubro, foi estimado em 89,0%, seguido do setor de material de construção (85,8%) — neste caso, o maior índice desde 1990.

Convém assinalar o importante crescimento do Nível de Utilização da Capacidade Instalada no setor de bens de capital, que subiu de 71,2%, em julho de 2003, para 81,0% em outubro de 2004. Isto reflete a expansão dos investimentos ocorrida no período.

No caso do setor de bens de consumo, cujo Nuci atingiu 82,0% no último mês de outubro, observa-se que o seu crescimento só ocorreu a partir de abril de 2004. Isto, de certo modo, é condizente com a expansão do nível de emprego na economia e da massa de rendimentos reais.

Entre os gêneros industriais, observa-se que borracha (96,9%), celulose, papel e papelão (93,5%) já estão, praticamente, no limite máxi-

mo de sua capacidade produtiva instalada. Outras atividades que se encontram em situação semelhante são as de perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas (93,4%), metalurgia (92,4%) e têxtil (90,7%).

Vale salientar que os segmentos de perfumaria, sabões detergentes, glicerinas e velas, mecânica e borracha já ultrapassaram o máximo observado na série desde 1980. Por outro lado, as atividades de editorial e gráfica (74,6%), produtos farmacêuticos e veterinários (63,6%) e fumo (59,6%) apresentam o menor nível de utilização da capacidade instalada.

Uma das conseqüências do aumento do nível de capacidade instalada em um contexto de acelerado crescimento da demanda global é a escassez de matérias-primas, que começa a se processar em algumas indústrias. Em outubro, o levantamento da FGV constatou que 11,0% das empresas entrevistadas consideraram a falta de matérias-primas como um fator limitativo à ex-

pansão das operações. Esse valor é o maior identificado pela pesquisa desde outubro de 1989.

Isto tende a provocar, num primeiro momento, pressões localizadas de custos de produção, com possibilidades de se difundirem para segmentos importantes da economia, alimentando a inflação.

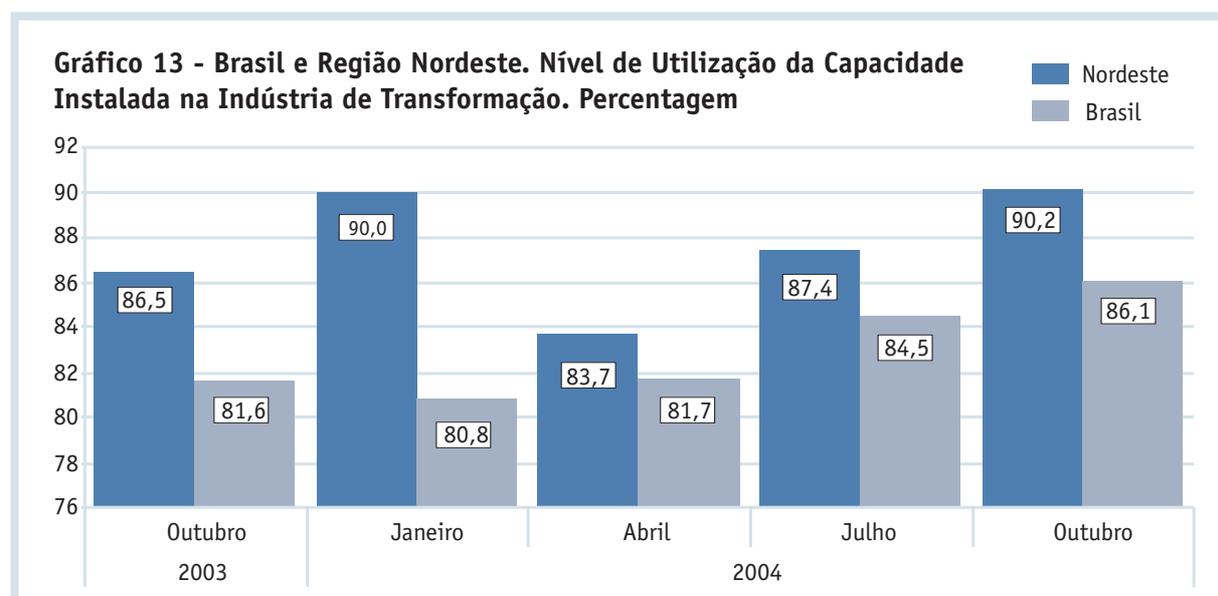
Na divulgação do resultado de 2004 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o IBGE já alerta que “aumentos sucessivos, iniciados no final de 2003, de itens como aço, ferro e resinas plásticas, se propagaram aos preços no varejo ao longo de 2004. Os automóveis novos e os eletrodomésticos, por exemplo, ficaram 13,6% e 9,6% mais caros, respectivamente⁹. Ou seja, incrementos de preços desses itens no ano foram bem superiores ao índice geral, que foi de 7,6% .

Para os estados do Nordeste, o Nuci da FGV dispõe das informações somente para a indústria de transformação agregada. Mesmo assim, se constata no seu conjunto, numa comparação com a indústria de transformação no Brasil, que os ní-

veis da Região são sempre superiores ao agregado brasileiro (GRÁFICO 13).

Outro dado interessante é que, em outubro de 2004, o Nuci na indústria de transformação do Nordeste tenha atingido 90,2%, em contraponto a 86,1% para o Brasil — incrementos respectivos, de 4,3% e 5,5%, comparando ao mesmo mês do ano anterior. Isto decorre, certamente, da maior intensidade do crescimento da produção industrial no agregado nacional em comparação com a indústria localizada no Nordeste, bem como a fatores de ordem sazonais.

Por fim, considerando a expectativa de que os respectivos crescimentos das exportações e do mercado interno continuarão estimulando a produção industrial, é importante levar em conta a necessidade de intensificação do ritmo de expansão dos investimentos produtivos em ampliação da capacidade instalada. E isso, preferencialmente, deveria ocorrer o quanto antes, vez que alguns segmentos praticamente já atingiram o nível máximo de capacidade instalada. ●



Fonte: FGVDados. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

⁹ Cf. IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Comunicação Social de 14 de janeiro de 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/presidencia/noticias>, acesso em 15/01/2005.

3.5 - Produtividade da Indústria Brasileira

Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) revela que a aceleração do crescimento da produção industrial¹⁰, no primeiro semestre de 2004, foi acompanhada por uma retomada do incremento da produtividade¹¹, que se encontrava estagnada desde o final da década de 90.

A expansão da produtividade no semestre (7,2%) ocorreu com relativa estabilidade nos indicadores de emprego (0,5%) e de horas pagas (0,1%). Essa configuração é distinta da verificada no passado recente, quando os incrementos eram, em geral, acompanhados por redução do emprego, ou seja, mais de natureza capital-intensiva (TABELA 9).

Certamente, o incremento da produção física, através da expansão do uso da capacidade instalada, teve um papel fundamental para o desempenho recente da indústria em geral. Isso não descarta, porém, importantes implementações de investimentos substitutivos ou de expansão em alguns setores, como indica o atual crescimento da FBCF.

Dos dezessete setores analisados, treze apresentaram incremento de produtividade, no primeiro semestre de 2004 — e, em seis deles, a evolução foi acompanhada por aumento das horas pagas, com ênfase para o ramo máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações e de fabricação de meios de transporte (TABELA 10).

Tabela 9 - Indústria Geral: Principais Indicadores do Semestre Produção, Horas Pagas, Pessoal Ocupado e Produtividade - Variações em %

Variáveis	Mês Contra Igual Mês do Ano Anterior							Acumulado jan-jun04/ jan-jun03	Mês/Mês jun04/Maio04*
	dez/03	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04		
Prod.Física-PF	4,5	3,5	1,6	12,5	6,9	8,0	13,0	7,7	0,5
Horas Pagas-HP	-1,9	-1,5	0,0	1,1	0,3	0,8	2,1	0,5	0,9
Pessoal Ocupado-PO	-2,0	-1,3	-0,8	0,0	-0,1	1,0	1,6	0,1	0,5
PF/HP	6,5	5,1	1,5	11,2	6,6	7,1	10,7	7,2	-0,3
PF/PO	6,6	4,9	2,3	12,4	7,0	6,9	11,2	7,6	0,1

Fonte: IBGE (PIM-PF, PIMES). IEDI - A Produtividade da Indústria no 1º Semestre de 2004 (Set./04), pág.2. * Com Ajuste Sazonal. Disponível em: www.iedi.org.br

¹⁰ Essa pesquisa do Iedi foi baseada em dados originais da PIM-PF e PIMES, do IBGE.

¹¹ Produtividade física medida pela razão entre produção física e horas trabalhadas do respectivo agregado industrial.

Tabela 10 - Indústria Geral, Extrativa Mineral, Transformação e Setores de Indústria de Transformação - Indicador Acumulado - Produção Física (PF), Horas Pagas (HP) e Produtividade (PF/HP) - Jan/Jun.04

Setores Industriais	Produção Física (PF)	Horas Pagas (HP)	PF/HP
Indústria Geral	7,7	0,5	7,2
Indústria Extrativa	-0,3	6,2	-6,2
Indústria de Transformação	8,1	0,3	7,7
Crescimento na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas			
Máq. Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	25,4	3,2	21,6
Fab. de Meios de Transporte	23,8	6,4	16,4
Máq. Equip. Excl. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	19,7	13,4	5,5
Produtos Químicos	4,3	1,6	2,7
Alimentos e Bebidas	3,4	1	2,4
Borracha e Plástico	7,4	5,8	1,5
Crescimento na Produtividade com Manutenção nas Horas Pagas			
Madeira	9,8	0,1	9,7
Crescimento na Produtividade com Declínio nas Horas Pagas			
Têxtil	7,7	-5	13,3
Fab. Outros Produtos. da Ind. de Transformação	11,4	-3,3	15,3
Prod. de Metal Exclusive Máquinas e Equipamentos	5,1	-4,5	10,1
Papel e Gráfica	3,3	-5	8,8
Minerais não Metálicos	2,1	-3,6	5,9
Vestuário	-1,4	-10,8	10,5
Declínio na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas			
Fumo	9,1	17,8	-7,3
Metalúrgica Básica	2,7	9	-5,8
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	2,5	2,7	-0,3
Declínio na Produtividade com Estagnação nas Horas Pagas			
Calçados e Couro	-3,3	0,2	-3,5

FONTE: IBGE (PIM-PF e PIMES). IEDI - A Produtividade da Indústria no 1º Semestre de 2004 (Set./04), pág. 4. Disponível em: www.iedi.org.br.

Nesta situação, é aceitável admitir que ocorreram ampliações de produções, no curto prazo, com maiores recorrências a incrementos do uso da capacidade produtiva instalada. Mas também é importante considerar as mudanças técnicas na perspectiva da exigência de competitividade.

Uma associação entre os ramos industriais destacados pelo Iedi e aqueles pesquisados pela

FGV, com relação ao nível de utilização de capacidade instalada, avalia, ainda que indiretamente, as afirmações acima.

De acordo com a FGV, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do gênero industrial material-elétrico e de comunicações era, em janeiro de 2003, 55,3%; e em outubro de 2004, atingiu nada menos que 85,3%, em crescimento

praticamente contínuo. Já o item de material de transportes só começou a expressar incrementos, em comparação com o ano anterior, a partir de janeiro de 2004, atingindo o valor de 73,4%, e de 79,0% em outubro.

Em outros seis setores houve incremento de produtividade e declínio de horas pagas, destacando-se nesse grupo o gênero têxtil, o de fabricação de outros produtos da indústria de transformação, o de vestuário e o de produtos de metal (excetuando máquinas e equipamentos). Neste caso, verificam-se, em geral, altos ganhos de produtividade — inclusive, em média, superiores aos do grupo anteriormente referido.

Para esses segmentos, excetuando o gênero têxtil que incrementou o Nuci, entre janeiro e outubro de 2004, de 84,4% para 90,7%, os demais não apresentam expansão significativa.

No período janeiro-outubro de 2004, por exemplo, o Nuci do gênero metalurgia sobe de 90,4% para 92,4%; vestuário, calçados e artigos de tecidos cresce de 79,5% para 83,3%; e editorial e gráfica oscila de 82,7% para 74,6%.

Portanto, tudo indica que seus incrementos de produtividade devem estar associados, em grande medida, a mudanças técnicas, sejam aquelas vinculadas a investimentos de substituição ou por conta de transformações internas da divisão técnica do trabalho.

De uma perspectiva espacial, excetuando-se Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, os demais estados pesquisados apresentaram, no primeiro semestre de 2004, taxas de crescimento da produtividade superiores às verificadas em idênticos períodos de 2002 e 2003 (TABELA 11).

Os estados nordestinos pesquisados experimentaram importantes aumentos de produtividade, com destaque para a Bahia (9,7%) que teve o segundo melhor desempenho no Brasil, em patamar ligeiramente abaixo de São Paulo (10,5%). Embora em níveis bem menores, seguem Pernambuco (6,3%) e Ceará (4,5%) — mas ambos abaixo da média nacional.

Os bons resultados verificados no estado da Bahia decorrem, principalmente, do desempenho da produtividade dos setores de refino de pe-

TABELA 11 - Indicador Acumulado Janeiro - Junho. Produção Física por Horas Pagas - 2002/2004

Estados	1º Semestre- Variações %		
	2002	2003	2004
Ceará	-4,3	-0,9	4,5
Pernambuco	-10,4	-1,6	6,3
Bahia	-2,1	4,7	9,7
Minas Gerais	-3,2	2,9	-1,8
Espírito Santo	5,4	16,1	7,8
Rio de Janeiro	17	3,8	5,4
São Paulo	1,5	-0,6	10,5
Paraná	-2,7	0,4	3,8
Santa Catarina	-11,3	-7,2	7,1
Rio Grande do Sul	-0,1	0,7	7,1
Brasil	1,7	-0,4	7,2

FONTE: IBGE (PIM-PF e PIMES). IEDI - A Produtividade da Indústria no 1º Semestre de 2004 (Set./04), pág.8. Disponível em: www.iedi.org.br

tróleo e álcool, minerais não-metálicos e metalurgia básica.

No Ceará, os segmentos com maiores incrementos da produtividade foram minerais não metálicos, têxteis e calçados e artigos de couro. Em Pernambuco, o gênero calçados foi o grande destaque, seguido por metalurgia básica e refino de petróleo e álcool (TABELA 12).

Isto leva à conclusão de que a expansão industrial ocorrida na economia brasileira no ano

de 2004 trouxe, no seu bojo, um salutar crescimento da produtividade, que se processou predominantemente por meio da redução da capacidade ociosa e de reestruturações técnicas na divisão do trabalho intrafirmas.

Isso certamente contribuiu para atenuar tensões de aumentos de preços, principalmente naqueles setores já com altos níveis de utilização de capacidade instalada. Na prática, o incremento das margens de lucro, num contexto de demanda agregada em expansão, melhora as expectativas de ampliação de investimentos autofinanciados.

Tabela 12 - Indicador Acumulado - Produção Física por Horas Pagas - Janeiro/Junho 2004

Setores	Variações %			
	BR	CE	PE	BA
Indústria Geral	7,2	4,5	6,3	9,7
Indústria Extrativa	-6,2			-4,2
Fumo	-7,3			
Têxtil	13,3	9,8	6,1	
Vestuário e Acessórios	10,5	-8,4		
Calçados e Art. de Couro	-3,5	5,9	31,4	
Madeira	9,7			
Ref. Petróleo e Álcool	-0,3	-16,6	9,3	29,3
Borracha e Plástico	1,5		-9,7	5,8
Minerais não Metálicos	5,9	10,2	-2,8	20,8
Metalurgia Básica	-5,8	-10,0	23,4	14,8
Prod. Metal Excl. Máq.	10,1	-2,0	3,6	

FONTE: IBGE (PIM-PF e PIMES). IEDI - A Produtividade da Indústria no 1º Semestre de 2004 (Set./04), pág. 9. Disponível em: www.iedi.org.br.

3.6 - Comércio

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, apurou que o volume de vendas do comércio varejista subiu, em novembro, pelo décimo segundo mês consecutivo, com variação positiva de 6,4% sobre igual período de 2003. Apesar do expressivo crescimento observado nos últimos meses, verifica-se um pequeno desaquecimento a partir da metade deste ano (TABELA 13).

Os setores que mais influenciaram nessa desaceleração, em relação a 2003, foram os de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos. No conjunto, esses segmentos decresceram de 9,1%, em setembro, para 6,2% em novembro.

Por outro lado, a variação de 6,6% observada nesse segmento no acumulado janeiro-no-

Tabela 13 - BRASIL - Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista Segundo Grupos de Atividades PMC - 2004

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal Taxa de Variação Nov.04/Nov.03	Acumulado Taxa de Variação (%)	
		No Ano	12 Meses
Comércio Varejista	6,44	8,98	8,33
1. Combustíveis e Lubrificantes	-0,03	4,79	4,33
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	6,26	6,62	6,12
2.1. Super e Hipermercados	6,99	6,91	6,36
3. Tecidos, Vest. e Calçados	0,48	4,73	4,07
4. Móveis e Eletrodomésticos	22,44	26,95	26,19
5. Veículos e Motos, Partes e Peças	17,18	17,70	17,45

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio, Nov./04. Disponível em: www.ibge.gov.br.

vembro representa o segundo desempenho anual positivo em quatro anos de resultados da PMC. A expansão da massa salarial, em função do crescimento do número de ocupações, tem influenciado positivamente na trajetória desse segmento.

Já o setor têxtil e calçado, depois da retração registrada em outubro (-1,4%), em novembro, assinalou um pequeno incremento (0,4%) na comparação com igual mês do ano anterior. No acumulado do ano, o incremento de 4,7% foi a maior taxa registrada pela pesquisa para esse segmento.

O volume de vendas dos segmentos que dependem substancialmente do crédito evidenciou aumento significativo no mês de novembro. A variação de 22,4% na demanda de móveis e eletrodomésticos em novembro de 2004, na comparação com igual período do ano passado, supera os incrementos dos últimos meses (19,4% em outubro e 20,3% em setembro).

Comportamento similar pode ser observado nas vendas de veículos automotivos e de seus componentes, cuja taxa de crescimento no ano, ou mesmo em doze meses, atingiu quase 18,0%.

A expansão do crédito às pessoas físicas, ocorrida em 2004, juntamente com as reduções de *spread*, explicam, em grande medida, o comportamento positivo da demanda por esses tipos de bens duráveis — mesmo diante dos aumentos da taxa Selic, a partir do mês de setembro. Certamente, também contou pontos a favor do comércio a redução do desemprego, que se processou ao longo do ano.

No comparativo com o ano anterior, em novembro as vendas no comércio cresceram em 26 das 27 unidades da Federação. Destaque para os estados de Rondônia (17,7%) e Mato Grosso (16,5%). Entre os estados nordestinos, Alagoas foi o que registrou a maior taxa de crescimento no volume de transações (14,2%), seguido por Maranhão (12,6%) e Bahia (11,3%) (TABELA 14). ●

Tabela 14 - Índice e Variação de Volume de Vendas no Comércio Varejista, por Unidade de Federação - (Nov./2004).

Unidade de Federação	Variação (%)		
	Mensal Nov.04/Nov.03	Acumulado	
		No Ano	12 Meses
Brasil	6,44	8,98	8,33
Maranhão	12,62	15,84	14,98
Piauí	8,74	3,51	3,52
Ceará	7,95	8,05	7,48
Rio G. Norte	10,39	11,87	11,17
Paraíba	11,35	6,98	5,81
Pernambuco	10,99	6,07	4,89
Alagoas	14,26	13,05	11,17
Sergipe	0,09	6,37	5,96
Bahia	11,36	7,74	7,48

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio, Nov./04. Disponível em: www.ibge.gov.br.

4 - SETOR EXTERNO

Saldo recorde das exportações brasileiras

4.1 - Balança Comercial

O desempenho da balança comercial brasileira em 2004 foi marcado por cifras de grande magnitude, com saldo de US\$ 33,7 bilhões.

As exportações seguiram a tendência ascendente, alcançando o recorde de US\$ 96,5 bilhões. Este montante é 32% superior ao registrado em 2003 e representa uma mudança de patamar nos valores das exportações nacionais, que, entre 1996 e 2002, situavam-se entre US\$ 47,7 bilhões e US\$ 60,3 bilhões. Para melhor dimensionar o comportamento do setor exportador em 2004, basta comparar com o crescimento, em valor, das exportações mundiais (18,3%) e das exportações de países em desenvolvimento (26,5%).¹²

As importações, com US\$ 62,8 bilhões, também apresentaram crescimento acentuado em 2004, comparativamente a 2003, registrando incremento de 30,0%. Desta maneira, a participação no PIB do comércio exterior brasileiro (exportações + importações) atingiu 26,6% em 2004.

O comportamento do setor externo foi beneficiado por um cenário internacional favorável. Conforme o Banco Mundial, em 2004 o crescimento global deverá ser de 4%. A expansão do produto e do comércio na China, América Latina e Ásia foi expressiva e a estimativa é de que os países em desenvolvimento apresentem o maior crescimento desde 1974, em torno de 6%. Cabe destacar, dentre as nações desenvolvidas, a recuperação da economia japonesa, cujo PIB expandiu-se 4,5% em 2004.

A excelente *performance* das exportações brasileiras foi favorecida também pela relativa estabilidade cambial nos primeiros oito meses de 2004.

Comparando o ano de 2004 com o anterior, constata-se maior diversificação dos mercados compradores de produtos brasileiros. E em todas as regiões houve ampliação dos valores vendidos: Mercosul (57,1%), Aladi exceto Mercosul (48,8%), África (48,4%), Oriente Médio (31,4%), União Européia (30,9%), Ásia (24,7%), Europa Oriental (22,7%) e Estados Unidos (20,4%).

¹² Informação disponível na Carta IEDI n. 138 – As políticas de Juros e Câmbio: O Que Está em Jogo?. Os dados originais são do FMI.

Cinco países de destino responderam por 44,5% das exportações em 2004: os Estados- Unidos (US\$ 20,3 bilhões), a Argentina (US\$ 7,4 bilhões), os Países Baixos (US\$ 5,9 bilhões), a China (US\$ 5,4 bilhões) e a Alemanha (US\$ 4,0 bilhões).

Conforme os dados disponíveis até novembro, o incremento das exportações decorreu tanto do comportamento dos preços como das quantidades exportadas (TABELA 15).

No que se refere à distribuição das exportações por fator agregado, os produtos básicos somaram 29,6% do total, os semimanufaturados, 13,9%, os manufaturados 54,9% e as operações especiais, 1,6%.

O bom desempenho dos manufaturados merece destaque nas exportações brasileiras de 2004. O segmento material de transporte, por exemplo, somou US\$ 16,0 bilhões, ou 16,6% do total das exportações.

É o segundo ano consecutivo em que as exportações de material de transporte ultrapassam as do complexo de soja. Para a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a conquista de novos mercados compradores e a consolidação de acordos comerciais com o Chile e México foram fatores que ajudaram a impulsionar as vendas. Em 2004, esta expansão se manifestou mais fortemente no comércio de aeronaves (68,6%), de veículos de carga (67,4%) e tratores (90,4%).

Em relação às exportações de produtos básicos, constata-se que permanece grande a importância do complexo soja na pauta de exportações brasileiras: soja em grão (US\$ 5,4 bilhões) e farelo de soja (US\$ 3,3 bilhões) registraram crescimentos significativos comparativamente a 2003 – incremento de 25,8% e de 25,7%, respectivamente. Destacaram-se ainda as vendas de minério de ferro (US\$ 4,7 bilhões). Ressalte-se que há tendência ascendente de preços para *commodities* minerais.

Dentre os produtos básicos, o grupo de carnes em geral apresentou as maiores taxas de expansão em 2004, comparativamente a 2003. Beneficiadas pela ameaça da doença da “vaca louca” nos Estados- Unidos e por problemas climáticos na Austrália, as carnes de frango (US\$ 2,5 bilhão), bovina (US\$ 1,9 bilhão) e suína (US\$ 744 milhões) cresceram conjuntamente 53,3%.

Convém ressaltar que os preços de *commodities* agrícolas, como soja, milho e algodão declinaram ao longo de 2004. Mesmo assim mantiveram-se em patamares elevados.

Entre os semimanufaturados, os produtos de ferro e aço foram responsáveis por US\$ 2,1 bilhões nas vendas externas, com incremento de 30,7% em relação a 2003. Celulose obteve US\$ 1,7 bilhão em divisas, mas decaiu 1,3% em relação ao ano anterior. As exportações de açúcar em bruto foram de US\$ 1,5 bilhão, com incremento de 12,0%.

Tabela 15 - Variação dos Índices de Preço e Quantum (%)
Janeiro-Novembro 2004/Janeiro-Novembro/2003

Discriminação	Quantum	Preço
Exportação Total	17,7	11,4
Básicos	13,7	19,0
Semimanufaturados	8,6	13,3
Manufaturados	22,6	6,8

FONTE: FUNCEX. Disponível em:

A análise das importações brasileiras revela que cresceram as compras de todas as categorias de uso (TABELA 16). Destaque para o incremento do item combustíveis e lubrificantes, particularmente influenciado pelo aumento da cotação do petróleo.

O aumento das importações ocorreu em relação a todas as principais regiões econômicas, em especial as provenientes da Ásia (37,6%), África (88,3%) e da Europa Oriental (55,2%). No âmbito da Ásia, as importações de produtos

chineses cresceram 72,7%, comparativamente a 2003.

Para o ano de 2005, as projeções de crescimento do PIB dos Estados Unidos (3,8%), Japão (2,4%) e União Européia (2,6%)¹³ sinalizam para um desempenho mais modesto do conjunto da economia mundial. Por isso, o Banco Central prevê um ritmo menor no crescimento das exportações nacionais.¹⁴ A expectativa é de um superávit comercial de US\$ 25 bilhões para o Brasil em 2005. ●

Tabela 16 - Importação Brasileira por Categoria de Uso Janeiro/ Dezembro 2004/2003 - US\$ bilhões (FOB)

	2004	Var (%) 2004/2003
Bens de Capital	12,1	17,2
Matérias-primas e Intermediários	33,5	29,7
Bens de Consumo	6,9	23,9
Não-duráveis	3,7	17,7
Duráveis	3,2	31,9
Combustíveis e Lubrificantes	10,3	56,6
Petróleo	6,8	78,7
Demais	3,5	26,6
Total	62,8	30,0

FONTE: SISCOMEX. Disponível em: www.mdic.gov.br.

4.2 - O Desempenho das Exportações Internacionais Nordestinas

As exportações nordestinas atingiram, em 2004, US\$ 8,036 bilhões — crescimento de 31,6% em comparação a 2003, mas valor insuficiente para alterar a participação da Região no total nacional, que permaneceu em 8,3%. As importações, por sua vez, alcançaram US\$ 5,503 bilhões, representativos de 8,7% das importações nacionais.

Os nove estados da Região elevaram os valores exportados, mas apenas o Rio Grande do Norte e Maranhão apresentaram incremento superior a 30% — expansões de 84,8% e 66,4%, respectivamente. A Paraíba teve evolução de 27,0%; Alagoas, 26,8%; Pernambuco, 25,8%; Piauí 25,0%; Bahia, 24,7%, Sergipe 22,8%; e Ceará 12,9%.

¹³ World Economic Outlook, FMI — setembro de 2004.

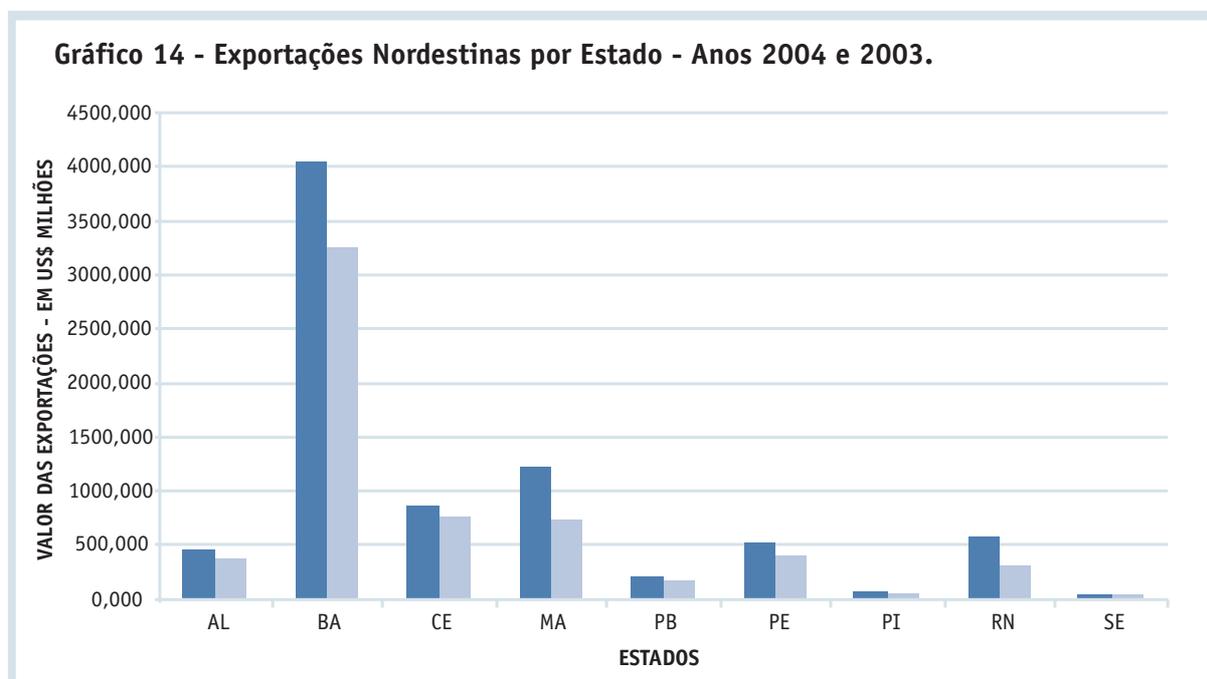
¹⁴ Relatório de Inflação, Dezembro de 2004, p. 95.

No que se refere à participação dos estados nas exportações totais da Região, a Bahia se sobressai com 50,6% do total, seguida do Maranhão (15,3%), Ceará (10,7%) e Rio Grande do Norte (7,2%). De maneira geral, a análise das exportações nordestinas indica que a pauta está centrada em um número reduzido de capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).¹⁵

Em 2004, a Bahia exportou US\$ 4,062 bilhões, com crescimento de 24,7% em relação a 2003. A exemplo da economia nacional, o segmento de manufaturados foi o destaque na pauta. Veículos automotivos, tratores, etc, suas partes e acessórios somaram US\$ 640,7 milhões. Este aumento (60,7%) sinaliza para um reflexo direto da instalação da Fábrica Ford no Estado, empreendimento inaugurado em outubro de 2001 e que atingirá plena capacidade em 2005 (GRÁFICO 14).

Produtos químicos orgânicos registraram incremento em 2004, somando US\$ 649,2 milhões, 14,2% a mais que em 2003. Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas (US\$ 213,6 milhões) tiveram aumento de 8,2% em 2004. Já as exportações de combustíveis minerais, óleos minerais, etc., ceras minerais (US\$ 549,7 milhões), importante capítulo da pauta de exportação baiana, caíram 9,7% em relação a 2003.

No Maranhão, destacaram-se os capítulos vinculados à atividade de mineração, bastante favorecida pela tendência ascendente do preço de *commodities* minerais no mercado internacional. E para 2005 os ventos podem continuar soprando a favor do segmento, vez que a Cia. Vale do Rio Doce negocia com as grandes siderúrgicas internacionais para elevar o preço do minério de ferro.¹⁶ Uma análise mais detalhada por capítulo revela taxas de crescimento acentuadas em agrupamentos que representam



FONTE: MDIC. Disponível em: www.mdic.gov.br. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

¹⁵ NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. A NCM, que substituiu a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), possui 8 dígitos e uma estrutura de classificação que contém até 6 níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

¹⁶ E-clipping – Decex, ano V, n. 3. 27 jan. 05.

97,2% do valor da pauta de exportação do estado em 2004.

Alumínio e suas obras, por exemplo, somaram US\$ 350,3 milhões e os itens ligas de alumínio e o alumínio não-ligado, ambos em forma bruta, incrementaram em 15% as vendas em relação a 2003. Ferro fundido, ferro e aço embarcaram menos em valores (US\$ 330,8 milhões), mas o produto ferro fundido não ligado elevou em 111,5% os valores exportados, comparativamente a 2003.

Já minérios, escórias e cinzas somaram US\$ 234,3 milhões em divisas, com o produto minérios de ferro aglomerados e seus concentrados ostentando incremento de 341,2% – o maior crescimento dentre os principais produtos exportados pelo Maranhão.

Sementes e frutos oleaginosos, grãos e sementes acumularam US\$ 189,4 milhões, com destaque para “outros grãos de soja, mesmo triturados”, cujo crescimento foi 49,4%. Neste capítulo também importa mencionar o surgimento de um novo produto na pauta de exportação maranhense – a soja para sementeira.

Produtos químicos inorgânicos responderam por US\$ 92,5 milhões, abrangendo um único produto: a alumina calcinada, utilizada para refratários, vidros, isoladores elétricos, cerâmicos e esmaltes, que registrou aumento de 28,5%. Além dos itens mencionados, novos produtos como assentos com armação de madeira, barras de ferro, papéis e cartões Kraft, madeira de cedro serrada, armações e cabo de madeira foram incluídos na pauta maranhense.

Mesmo sendo o terceiro estado de maior contribuição para as exportações nordestinas, em

2004 o Ceará apresentou o menor crescimento nas vendas ao exterior — incremento de 12,9%, na comparação com ano anterior. A pauta, por sua vez, se comportou de forma bastante similar a 2003. Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes permanecem liderando, com vendas de US\$ 186,5 milhões, distribuídos entre calçados de couro natural (US\$ 68,2 milhões) e calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras (US\$ 63,6 milhões).

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 166,9 milhões) apresentou crescimento de 26,9%, com destaque para castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (US\$ 142,0 milhões) e melões frescos (US\$ 16,7 milhões).

Minérios, escórias e cinzas somaram US\$ 234,3 milhões em divisas (para o Maranhão), com o produto minério de ferro aglomerados e seus concentrados ostentando incremento de 341,2%

Já o capítulo de peles, exceto a peleteria (peles com pelos) e couros somou US\$ 110,5 milhões (aumento de 26,1%, relativamente a 2003). Porém, tanto os capítulos algodão (US\$ 117,5 milhões) como peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (US\$ 106,5 milhões) registraram redução das exportações — 1,9 e 5,3%, respectivamente.

No segmento algodão, o produto mais representativo foi “tecido com mais de 85% de algodão, fio colorido, denim índigo, com peso superior a 100g/m²”. No segundo capítulo, sobressaem-se “camarões inteiros, congelados (exclusive “krill”)” e “outras lagostas congeladas (exceto as inteiras)”.

Avalia-se que são boas as perspectivas para a carcinicultura em 2005, vez que as ondas gigantes (tsunami) destruíram fazendas de camarões e dezenas de barcos pesqueiros na Tailândia, maior exportador mundial de camarões. A expecta-

tiva, portanto, é que novos mercados se abram para os exportadores cearenses.

As exportações do Rio Grande do Norte, por sua vez, tiveram desempenho bem acima das médias regional e nacional devido, principalmente, ao aumento das vendas de óleo bruto de petróleo (US\$ 284,2 milhões), que cresceram 382,1%. Este incremento decorre tanto da expansão da quantidade exportada (278%), quanto da elevação do petróleo no mercado internacional. Para se ter idéia, o crescimento das exportações potiguares, excetuando combustíveis e óleos minerais, foi de 15,0% em relação a 2003.

Os capítulos frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 103,1 milhões), onde despontam melões frescos (US\$ 45,4 milhões) e a castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (US\$ 32,8 milhões) e o de peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (US\$ 102,7 milhões), na qual é expressiva a contribuição dos produtos camarões inteiros e outros camarões congelados, exceto “krill”, apresentaram crescimento de 14,2% e 14,8% das exportações.

Em Pernambuco três capítulos responderam por 46,8% do total dos US\$ 516,8 milhões exportados em 2004. Açúcares e produtos de confeitaria perfizeram US\$ 154,2 milhões, com crescimento de 52,6%; frutas, cascas de cítricos e de melões, US\$ 49,0 milhões, mas com retração de 23,4%; peixes crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos somaram US\$ 38,6 milhões, também com recuo de 22,5% em relação ao ano 2003.

Cabe destacar as perspectivas positivas no item de frutas, cascas de cítricos e de melões, dos produtos uvas frescas (US\$ 20,6 milhões) e mangas frescas ou secas (US\$ 26,8 milhões), oriundos da região de Petrolina, vez que a manga brasileira conseguiu, finalmente, superar as rigorosas barreiras fitossanitárias do Japão,

abrindo inclusive a possibilidade de ingresso em novos mercados.

Em termos de exportação, o estado de Alagoas apresenta uma pauta extremamente concentrada. Cinco produtos foram responsáveis por 97,3% das vendas em 2004. Destes, quatro são relacionados à produção de açúcar e derivados: açúcar de cana, em bruto (US\$ 247,2 milhões), outros açúcares de cana (US\$ 46,5 milhões), álcool etílico não-desnaturado com teor alcoólico superior a 80% (US\$ 76,1 milhões), álcool etílico desnaturado com qualquer teor alcoólico (US\$ 13,1 milhões). O quinto é o cloreto de etileno, que somou (US\$ 57,4 milhões) em 2004.

Em 2004, a Paraíba exportou US\$ 213,9 milhões. Do total, 33,8% foi do segmento de artefatos têxteis (de algodão) e 18% da indústria de calçados (tanto de couro como de borracha) que cresceram 35,5% e 19,0%, respectivamente.

O Piauí exportou US\$ 73,3 milhões, alicerçado principalmente nas vendas de castanha de caju, ceras vegetais, grãos de soja, camarões e lagostas. Destacaram-se os capítulos frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 12,2 milhões), resíduos e desperdícios das indústrias alimentares (US\$ 11,8 milhões), gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (US\$ 11,2 milhões), sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc (US\$ 8,7 milhões) e peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (US\$ 6,6 milhões).

As exportações de Sergipe, por seu turno, cresceram 22,9%, alcançando US\$ 47,6 milhões. Os principais produtos exportados foram sucos de laranja congelados, não fermentados (US\$ 25,5 milhões), cimentos “portland” comuns (US\$ 6,1 milhões), tecidos com mais de 85% de algodão fio colorido, denim, índigo, peso superior a 200g/m² (US\$ 3,4 milhões) e o fertilizante uréia com teor de nitrogênio superior a 45% em peso (US\$ 2,3 milhões). ●

4.3 - Balanço de Pagamentos

O saldo em transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro, em 2004, foi superavitário em US\$ 11,6 bilhões – crescimento de 179,4% comparativamente a 2003. O comportamento da balança comercial, particularmente o desempenho extremamente favorável das exportações, foi o fator que mais contribuiu para este superávit e para a melhoria da relação transações correntes/PIB, que chegou a 1,9% (TABELA 17).

A conta de serviços e renda apresentou déficit de US\$ 25,3 bilhões. Este valor foi influenciado pela conta de renda de investimentos diretos – lucros e dividendos. De fato, este item totalizou déficit de US\$ 5,8 bilhões, cerca de 22% do total do saldo negativo da conta de serviços.

É importante destacar a relação entre investimentos diretos da conta de capital e a conta de renda de investimentos diretos do balanço de serviços. Isso porque, no futuro, os investimentos diretos realizados tendem a gerar remessa de

juros e dividendos para os investidores. Ou seja, o ingresso hoje na conta de capital, deverá implicar saída amanhã na conta de serviços.

A conta capital e financeira, por sua vez, não apresenta um resultado auspicioso como aquele que as transações correntes vêm demonstrando desde junho de 2003. Em 2004, a conta financeira teve saldo negativo no valor de US\$ 7,3 bilhões.

Este desempenho decorreu do comportamento de três itens do balanço de pagamentos. Primeiramente, os investimentos em carteira sinalizaram um saldo negativo de US\$ 4,7 bilhões. O item “outros investimentos” (envolve créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos de operações de regularização) elevou sua saída líquida de recursos de US\$ 10,438 bilhões, em 2003, para US\$ 11,281 bilhões em 2004. Finalmente, também houve redução expressiva do investimento direto líquido que somou apenas US\$ 8,7 bilhões,

Tabela 17 - Brasil. Balanço de Pagamento (US\$ milhões)

Discriminação	2003	2004
Balança Comercial (FOB)	24.794	33.693
Serviços e Rendas	-23.483	-25.293
Transferências Unilaterais Correntes Líquidas	2.867	3.268
Transações Correntes	4.177	11.669
Contas Capital e Financeira	5.111	-7.310
Investimento Direto (Líquido)	9.894	8.695
Investimento em Carteira	5.308	-4.750
Resultado Global do Balanço	8.496	2.244
Transações Correntes/ PIB (%)	0,82	1,94
IED/ PIB (%)	2,00	3,02
Amortizações de Médio e Longo Prazos	27.180	33.261
Pagas	23.906	31.772
Refinanciadas	1.198	-
Conversões	2.076	1.488

FONTE: Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br.
Nota: Dados Preliminares

enquanto, em 2003, alcançara a cifra de US\$ 9,9 bilhões.

Convém ressaltar que esta cifra menor em 2004 não é reflexo da redução do ingresso de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no País, que alcançou US\$ 25,7 bilhões, oriundos principalmente de quatro fontes: Países Baixos (38%), Estados Unidos (19,8%), Ilhas Cayman (7,3%) e Espanha (5,2%). A redução do saldo de IDE líquido de-

corre do aumento da participação de capital no exterior (- US\$ 6,6 bilhões) e de empréstimos intercompanhias (- US\$ 2,8 bilhões).

Desta maneira, o resultado global do balanço de pagamentos em 2004 foi de US\$ 2,2 bilhões e as reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, atingiram o montante de US\$ 52,9 bilhões, valor que deve ser mantido em 2005, consoante o Banco Central.

5 - EMPREGO E RENDIMENTO

Mercado de trabalho cresce junto com a economia

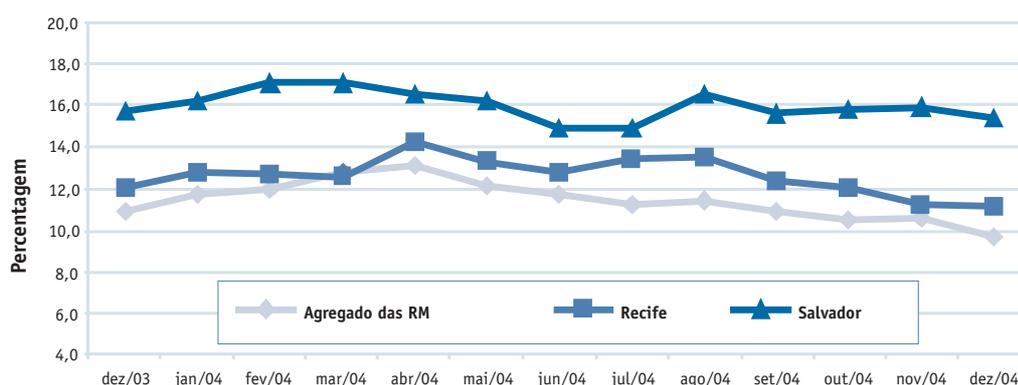
5.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, realizada nas grandes regiões metropolitanas brasileiras, revela que o mercado de trabalho vem reagindo bem à atual fase de retomada do crescimento econômico nacional. Em dezembro de 2004 a taxa de desocupação (relação entre desocupados e população economicamente ativa) foi de 9,6%, retraindo-se 1,0 ponto percentual

em relação a novembro e 1,3 ponto percentual abaixo da taxa referente a dezembro de 2003 (GRÁFICO 15).

O comportamento da taxa de desocupação, a partir de maio de 2004, também tem se mostrado favorável — redução de 13,1% em abril para 9,6% em dezembro.

Gráfico 15 - Taxa de Desocupação do Agregado das Regiões Metropolitanas Cobertas pela PME e das Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador



	dez/03	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04
Agregado das RM	10,9	11,7	12,0	12,8	13,1	12,2	11,7	11,2	11,4	10,9	10,5	10,6	9,6
Recife	12,1	12,8	12,7	12,6	14,3	13,3	12,8	13,4	13,5	12,4	12,1	11,2	11,1
Salvador	15,7	16,2	17,1	17,1	16,6	16,2	14,9	14,9	16,6	15,6	15,8	15,9	15,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Na comparação com novembro de 2004, a taxa de desocupação de dezembro variou significativamente em São Paulo (de 11,2% para 9,8%), Rio de Janeiro (de 9,4% para 8,5%), e Porto Alegre (de 7,8% para 6,6%). Nas demais regiões, o indicador praticamente se manteve estável, com variações inferiores a 1,0 ponto percentual, na comparação mês/mês anterior.

No Nordeste, as áreas metropolitanas de Recife e Salvador — as únicas levantadas na PME — registraram taxas de desemprego superiores à média nacional, especialmente na capital baiana e entorno. Na comparação com dezembro de 2003, a taxa de desemprego recuou 1,0 ponto percentual em Recife, e 0,3 ponto percentual em Salvador.

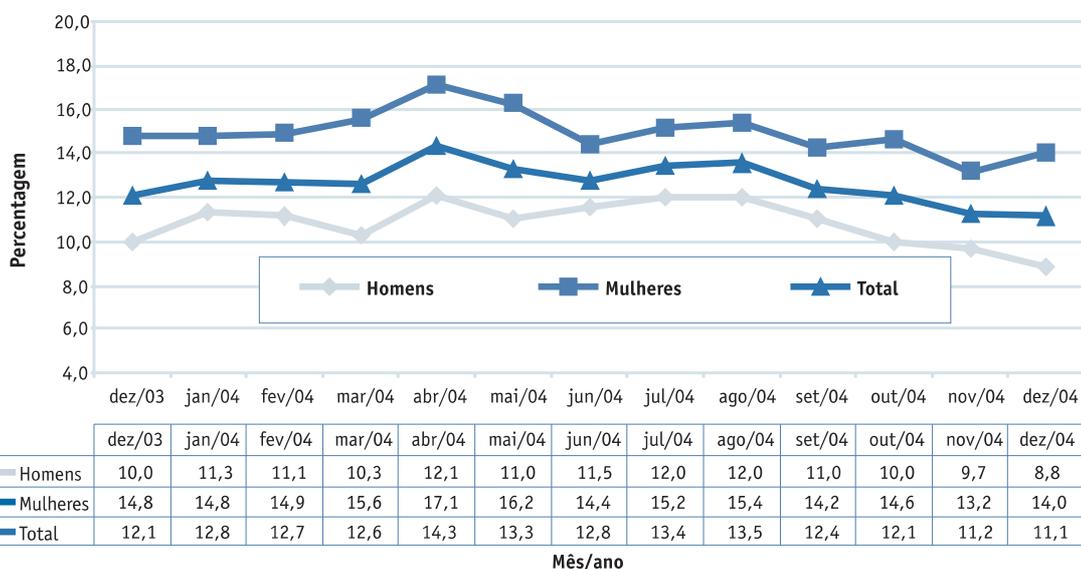
Verifica-se, no entanto, que a taxa de desocupação em Recife apresentou um movimento fortemente descendente no segundo semestre de 2004, acima da média nacional. Caiu de 13,5% em agosto, para 11,1% em dezembro, enquanto na média nacional essa diferença foi de 1,6 ponto percentual.

Em contraste, a Região Metropolitana de Salvador apresenta um movimento ascendente de sua taxa de desocupação entre os meses de setembro a novembro, com um ligeiro recuo em dezembro, revertendo uma trajetória de queda observada no primeiro semestre. Nesse sentido, a taxa de desocupação nesta região permanece sendo a maior entre as investigadas pelo IBGE.

A diferença entre as taxas de desocupação masculina e feminina permanece substantiva. Em dezembro de 2004, a taxa de desemprego para as mulheres, nas seis regiões abrangidas pela pesquisa, foi estimada em 12,1%, em contraponto a 7,5% para os homens. Com relação a novembro deste ano, as reduções foram de 0,6 e 1,6 ponto percentual, respectivamente.

O que se pode inferir desta situação é que a redução da taxa agregada de desemprego no mês de dezembro foi mais fortemente afetada pela queda da taxa de desemprego das mulheres, revertendo a tendência observada para o segundo semestre.

Gráfico 16 - Taxas de Desocupação na Região Metropolitana de Recife, Segundo o Sexo.



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

No âmbito regional, as duas metrópoles pesquisadas pelo IBGE apresentaram comportamentos distintos do agregado nacional. Em Recife, a taxa de desocupação das mulheres foi superior à dos homens em dezembro, mas constatou-se que o desemprego feminino apresentou, no segundo semestre, um movimento cíclico — em que se alternam incrementos e reduções no índice. Por outro lado, o desemprego entre os homens não parou de decrescer no período, influenciando a média agregada, que passou de 13,5% em agosto, para 11,1% em dezembro (GRÁFICO 16).

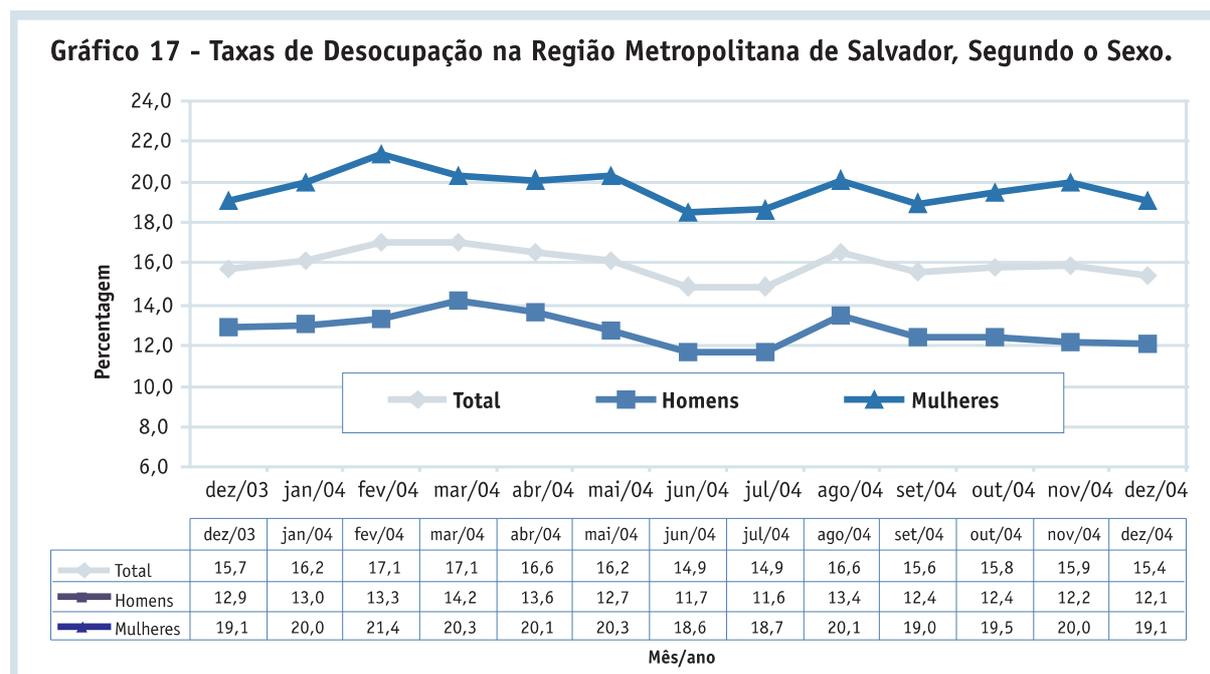
Para Salvador, em dezembro de 2004, as taxas de desemprego foram de 12,1% e 19,1%, para homens e mulheres, respectivamente. Na comparação com novembro de 2003, houve um decréscimo da taxa de desocupação das mulheres e uma estabilidade para os homens. Esse movimento rompe com a trajetória ascendente da taxa de desocupação em Salvador, no período de setembro a novembro, que resultava dos incrementos ocorridos na taxa de desemprego da

População Economicamente Ativa feminina (GRÁFICO 17).

Considerando pessoas com 10 anos ou mais, a PME de dezembro estima um total de 19,5 milhões de pessoas ocupadas, sendo 56,3% do sexo masculino — situação idêntica ao mês anterior. Na comparação com dezembro de 2003, observou-se uma expansão de 3,2%, significando a incorporação de 606 mil pessoas ao mercado de trabalho das regiões pesquisadas pelo IBGE.

As regiões metropolitanas de Salvador e Recife registraram estabilidade no número de pessoas ocupadas no mês de dezembro, na comparação com o mês anterior. Já com relação a dezembro de 2003, Salvador teve um incremento de 4,4% no número de pessoas ocupadas, enquanto em Recife essa relação se manteve estável.

No que tange às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, as informações das seis regiões pesquisadas revelam que apenas os empregados sem carteira assinada no setor privado apresentaram variação significativa (4,1%), comparativamente a novembro de 2004.



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Entretanto, em relação a dezembro de 2003, observou-se expansão das duas modalidades de inserção – trabalhadores com carteira no setor privado (4,2%) e trabalhadores sem carteira (5,5%).

Constata-se que as regiões do Nordeste, assim como as demais áreas que compõem o universo pesquisado pelo IBGE, não registraram variação significativa no número de empregados com carteira assinada em dezembro de 2004, em relação ao mês anterior. Contudo, Recife se destaca com uma variação expressiva de 11,1% ante dezembro de 2003.

Nas modalidades de inserção consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria), observou-se também uma estabilidade na comparação mensal (mês/mês anterior) para as regiões pesquisadas do Nordeste.

Na comparação anual, entretanto, o quadro de relativa estabilidade foi alterado em função da queda de 7,7% observada em Recife na categoria trabalhadores por conta própria.

Com relação ao emprego industrial, verifica-se que, em novembro, o pessoal ocupado registrou variação nula na comparação com o mês anterior, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (Pimes), do IBGE — após uma ligeira redução (0,2%) no mês de outubro. Esses resultados interromperam uma série de cinco meses de expansão, na qual o emprego industrial acumulou crescimento de 3,5%.

Já com relação a novembro de 2003, a taxa de crescimento do pessoal ocupado foi de 4,2%, representando a nona taxa positiva consecutiva nessa base de comparação. No acumulado do ano,

a taxa de crescimento de 1,7% indica uma razoável trajetória de expansão do emprego industrial no ano de 2004.

Do ponto de vista espacial, todas as regiões registraram incrementos positivos no confronto novembro/2004-novembro/2003. Além disso, as regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste superaram a média nacional.

No acumulado do ano, nenhuma região apresentou taxa negativa de crescimento do pessoal ocupado assalariado. Nesse aspecto, a região Norte/Centro-Oeste alterou significativamente seu quadro em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nos últimos doze meses, todas as regiões assinalaram saldo positivo em termos de geração de emprego industrial. Este é um ponto essencial do movimento de recuperação da atividade no Brasil.

Constata-se ainda que os incrementos no emprego industrial na região Nordeste, no período janeiro-setembro e janeiro-outubro, foram inferiores ao verificado no período janeiro-novembro, revelando um aumento importante no ritmo de crescimento.

Nos últimos doze meses, todas as regiões assinalaram saldo positivo em termos de geração de emprego industrial. Este é um ponto essencial do movimento de recuperação da atividade industrial no Brasil e, em particular, na região Nordeste.

Os estados pesquisados pelo IBGE, na região Nordeste, obtiveram expansão no emprego industrial no indicador mês/igual mês do ano anterior. Vale salientar que Ceará e Pernambuco assinalaram taxas de crescimento superiores às do Brasil e do Nordeste. No acumulado do ano, o destaque negativo ficou por conta de Pernambuco, onde o total de demissões foi maior do que o de admissões.

Setorialmente, a indústria manufatureira do Nordeste apresentou expansão de 4,6% no mês de novembro, em relação ao mesmo período do ano anterior. Cinco das dezessete atividades pesquisadas registraram taxas negativas de crescimento do pessoal ocupado nesse segmento.

Os subsetores de máquinas e equipamentos, excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (22,9%), produtos de metal (22,1%), coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (19,8%) foram os principais destaques. Entre as atividades que registraram redução no emprego, ênfase para minerais não metálicos (-9,3%) e papel e gráfica (-8,1%).

No acumulado do ano, o incremento do emprego na indústria manufatureira foi de 1,7%. Destaque para os segmentos de máquinas e equipamentos, excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (15,0%), coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool, e calçados e couro (12,5%). Por outro lado, as admissões superaram as demissões em sete ramos, especialmente em minerais não metálicos (-9,1%), vestuário (-6,4%) e madeira (-5,8%).

O estado do Ceará registrou no mês de novembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior, incremento no emprego industrial, tanto na indústria de transformação (7,4%) como na indústria extrativa (36,0%). Dez atividades exibiram aumento no número de trabalhadores, com ênfase para metalurgia básica (27,3%), vestuário (15,4%) e fabricação de meios de transporte (12,2%). Exercendo as principais influências negativas, figuraram produtos de metal, excluindo máquinas e equipamentos (-14,0%), fumo (-8,7%) e papel e gráfica (-6,0%).

No período janeiro-novembro, ocorreu incremento no pessoal ocupado na indústria de transformação (1,8%) e redução na extrativa (-6,1%). Ostentaram as maiores taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado os segmentos de metalurgia básica (29,2%), fabricação de meios de transporte (10,8%) e calçados e couro (10,7%). Entre as atividades que apresentaram saldos negativos destacam-se minerais não-metálicos (-13,8%), produtos químicos (-7,4%) e têxtil (-6,8%).

O pessoal ocupado assalariado da indústria de transformação de Pernambuco aumentou 5,5% no mês de novembro de 2004, em comparação com o mesmo período de 2003. A indústria extrativa, porém, teve retração de 24,7%.

O pessoal ocupado assalariado da indústria de transformação de Pernambuco aumentou 5,5 % no mês de novembro de 2004, em comparação com o mesmo período de 2003.

Setorialmente, as maiores taxas de crescimento foram verificadas nas indústrias de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (329,9%), fumo (133,3%) e produtos de metal (30,0%). As perdas principais recaíram sobre a indústria de vestuários (-12,1%), minerais não-metálicos (-9,0%) e madeira (-6,9%).

As perdas principais recaíram sobre a indústria de vestuários (-12,1%), minerais não-metálicos (-9,0%) e madeira (-6,9%).

No acumulado de janeiro a novembro de 2004, comparado com igual período do ano anterior, houve um ligeiro incremento de 0,1% no pessoal ocupado na indústria de transformação e queda de 24,9% na extrativa. As atividades que mais contribuíram para a expansão do emprego foram coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (120,2%), fumo (42,4%) e papel e gráfica (29,1%).

Em novembro, relativamente ao mesmo período do ano anterior, o estado da Bahia registrou incremento de 4,7% no emprego na indústria

manufatureira, enquanto a extrativa apresentou retração de 9,6%. A maior expansão coube a máquinas e equipamentos, exclusive elétricos eletrônicos, de precisão e de comunicação (52,5%), produtos de metal (34,4%) e fabricação de meios de transportes (30,5%). Em contrapartida, ocorreu redução importante do emprego nos ramos de vestuário (-12,8%), madeira (-10,3%) e minerais não-metálicos (-11,0%).

Comparando o acumulado janeiro-novembro com o mesmo intervalo de 2003, a manufatura

apresentou expansão de 0,7% e a extrativa queda de 1,9%. As indústrias de fabricação de meios de transportes (26,9%), calçados e couro (25,4%), e produtos de metal, excluindo máquinas e equipamentos (15,9%), foram as atividades que mais incrementaram o emprego de mão-de-obra assalariada. Os subsetores que registraram as maiores taxas negativas foram vestuário (-24,6%), madeira (-20,9%) e papel e gráfica (-13,5%). ●

5.2 - Rendimento

Em dezembro, o valor real do rendimento médio habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 895,40 (a preços atuais) — valor 1,8% inferior aos R\$ 912,26 de novembro. Já na comparação com o mesmo mês de 2003, esse rendimento médio subiu cerca de 2,0% (TABELA 18).

Quanto aos rendimentos médios, relativos às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, os dados de dezembro apontam para as regiões pesquisadas, na comparação com o mês anterior, uma expressiva retração para empregados sem carteira de trabalho assinada no

setor privado (-6,2%) e, em menor proporção, para os trabalhadores por conta própria (-2,3%).

O recuo só foi menor (0,3%) para os empregados com carteira de trabalho no setor privado. Pode-se concluir, então, que a retração do rendimento médio agregado decorreu, principalmente, da queda dos rendimentos das pessoas que se situam no mercado de trabalho em condições geralmente mais precárias e sem proteção da seguridade social.

Entretanto, um fato interessante pode ser observado quando a comparação é feita com dezembro de 2003. Naquela ocasião os emprega-

Tabela 18 - Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido (R\$)

Categoria de Posição na Ocupação	Dez. de 2003	Nov. de 2004	Dez. de 2004	Varição mensal	Varição anual
População Ocupada	878,68	912,26	895,40	-1,8%	1,9%
Com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado	920,38	924,06	920,90	-0,3%	0,1%
Sem Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado	548,84	613,79	576,00	-6,2%	4,9%
Trabalhadores por Conta Própria	688,88	710,59	694,00	-2,3%	0,7%

FONTE: IBGE.PME (dez./04), pag.15. Disponível em: www.ibge.gov.br

dos das três categorias mencionadas registraram elevação nos seus rendimentos, porém a maior elevação coube aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado (4,9%), enquanto o rendimento médio dos empregados com carteira assinada no setor privado incrementou-se em apenas 0,1%.

Nesse aspecto, convém assinalar que a “precarização” no setor privado tem crescido no País por meio do sistema de cooperativa de trabalhadores. Entre dezembro de 2003 e dezembro de 2004, por exemplo, o emprego no setor privado com carteira assinada evoluiu de 7,3 milhões para 7,7 milhões de pessoas, ou seja, 4,2%. Ao mesmo tempo, os trabalhadores no setor privado sem carteira assinada evoluíram de 3,0 milhões para 3,2 milhões de pessoas crescendo, assim, 5,5% no ano.

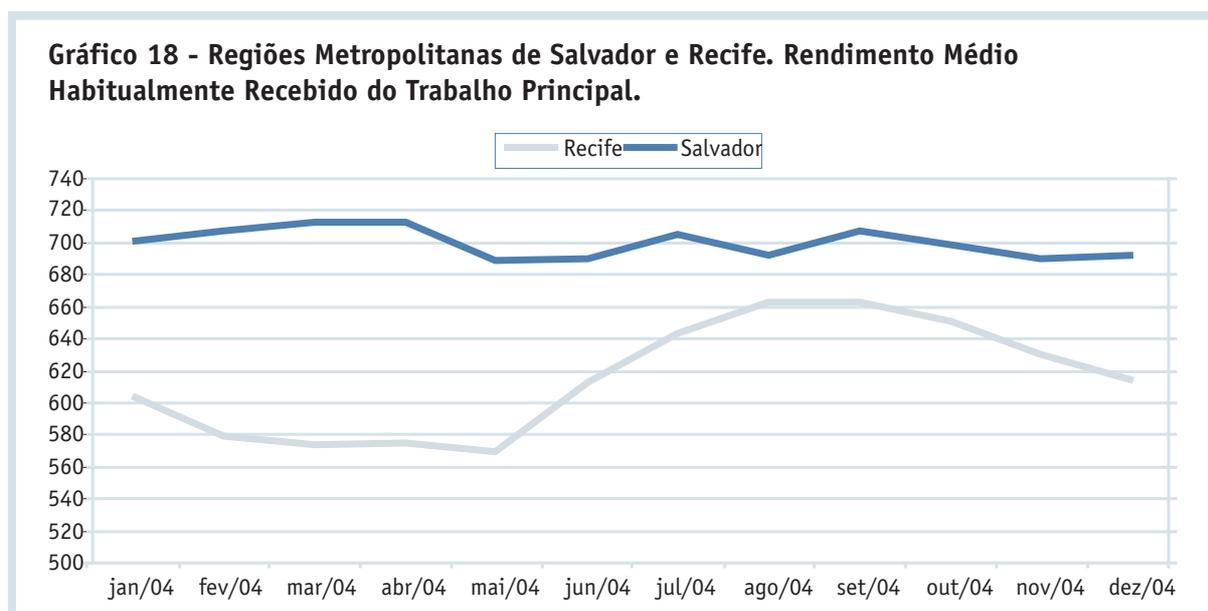
Em se tratando das regiões metropolitanas de Recife e Salvador, as evoluções dos rendimentos médios habitualmente recebidos apresentam *performances* bem diferenciadas em 2004 (GRÁFICO 18). Salvador exibe um comportamento tendencial estável, com algumas flutuações —

embora, a partir de setembro, passe a esboçar um ligeiro decréscimo.

Em Recife, por sua vez, é possível observar comportamentos muito distintos no decorrer do ano: entre janeiro e maio, o rendimento médio apresenta um comportamento sutilmente decrescente; de maio e setembro, verifica-se uma tendência acentuadamente crescente; finalmente, entre setembro e dezembro, volta a apresentar declínio — agora já bem mais acentuado que na primeira situação.

Comparando pontualmente dezembro de 2004 com igual período de 2003, constata-se que na região de Recife ocorreu um incremento de 4,6% do rendimento médio real habitualmente recebido. Em Salvador, a situação é inversa, pois o rendimento médio experimentou um decréscimo de 3,6%.

Já em se tratando de massa salarial, o incremento do nível de emprego ocorrido no ano terminou contribuindo para aumentá-la, tanto na região de Recife (6,0%) como em Salvador (0,7%). ●



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura.

5.3 - Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no ano de 2004, foram criados 1.523.276 de empregos formais, um incremento de 6,5% sobre o mesmo período de 2003. Vale salientar que todos os setores, à exceção da administração pública, apresentaram saldo positivo no balanço entre emprego e desemprego.

A liderança em termos de geração de novos postos de trabalho foi da indústria de transformação, responsável por 33,1% das novas contratações no acumulado do ano. Isto significa um aumento de 504.610 no estoque de empregos formais. Em seguida, aparece o setor de serviços, que garantiu 470.123 vagas, e o comércio com outras 403.940 contratações – correspondendo a 30,8% e 26,5% do saldo líquido total, respectivamente.

Todos os estados nordestinos registraram saldo líquido positivo em termos de geração de emprego no ano 2004. No Ceará, foram 31.240 novos postos de trabalho.

Esse processo representa uma mudança importante em relação à década de noventa, caracterizada por um desempenho medíocre do emprego formal, em função, sobretudo, do baixo dinamismo da economia e de movimentos de reestruturação produtiva na indústria e de processos no setor de serviços — com destaque para a atividade bancária, cujos incrementos de produtividade resultaram em desemprego em massa.

Os estados nordestinos apresentaram, no acumulado do ano, o terceiro melhor desempenho, com 187.597 empregos criados, sendo ultrapassado somente pelo Sul e Sudeste. Essa

performance representa uma evolução importante, considerando que a Região consolidou, no primeiro semestre, o pior desempenho no que refere à criação líquida de empregos.

Todos os estados nordestinos registraram saldo líquido positivo em termos de geração de emprego no ano 2004. No Ceará, foram 31.240 novos postos, proporcionando um incremento de 5,2% no número de contratações.

Vale salientar que, no Ceará, 79,4% do total de vagas foram criadas somente no segundo semestre de 2004. Entretanto, no mês de dezembro, observou-se uma retração de 3.597

postos de trabalho (0,5%), após oito meses consecutivos de crescimento do nível de emprego formal no Estado.

Assim como ocorreu em novembro, o Rio Grande do Norte também registrou queda na demanda por emprego formal no mês de dezembro, com a

desativação de 4.429 vagas (-1,6%). Apesar da redução, o Estado detém a maior taxa de crescimento do trabalho formal na região Nordeste no acumulado do ano. Em 2004, as contratações cresceram 7,4%, totalizando 17.992 novos postos de trabalho.

Comparando dezembro com novembro, Sergipe apresenta redução no nível de emprego formal, com a eliminação de 871 oportunidades de trabalho (-0,5%), após cinco meses consecutivos de expansão das vagas. No acumulado do ano, o Estado registrou 9.891 contratações formais, consolidando uma taxa de crescimento de 6,4% — inferior apenas à do Rio Grande do Norte.

Para o estado de Alagoas, o Caged apurou, em novembro, queda de 0,9% na demanda por emprego formal, com a eliminação de 2.333 ocupações. No acumulado do ano, observou-se uma expansão de 4,2% (mais 9.682 ocupações) no contingente de assalariados.

Após sete meses consecutivos de resultados positivos, em dezembro o estado de Pernambuco teve queda no nível de emprego formal de 0,6%, com a desativação de 4.906 oportunidades de trabalho. No período janeiro-novembro, foram geradas 37.426 ocupações formais, correspondendo a aumento de 5,4%.

A mesma tendência foi verificada no Piauí, que observou retração do emprego formal após nove meses consecutivos de expansão. Em novembro, o Caged assinalou a desativação de 1.989 vagas, queda de 0,9%. No acumulado do ano, foram criadas 5.890 novas vagas – ou aumento de 2,9% no estoque de trabalhadores com carteira assinada.

Após oito meses consecutivos de expansão, o estado da Paraíba também contabilizou taxa negativa de crescimento do emprego formal, com a eliminação de 1.593 postos (0,7%) em dezem-

bro. No ano de 2004, o Estado registrou uma expansão de 12.713 ocupações formais (6,2%).

Na Bahia, no mês dezembro, foram fechados 5.187 postos de trabalho – redução de 0,5% em relação a novembro. Entre janeiro e novembro de 2004 o total de empregos com carteira assinada teve um incremento de 5,4%, correspondendo a 52.724 novos vagas.

No caso do Maranhão, novembro mostra uma retração no nível de emprego formal, após uma trajetória de onze meses de crescimento – a eliminação de 2.187 ocupações no mês significa uma diminuição de 1,0% do contingente de assalariados com carteira assinada. Em 2004, o Maranhão apresentou um crescimento de 4,9% da demanda de emprego formal, gerando 10.039 novas vagas no mercado.

Sem exceção, todos os estados nordestinos apresentaram resultados positivos em 2004, em sintonia com o cenário nacional de expansão da demanda por empregos formais. No caso de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, o bom desempenho do segundo semestre foi suficiente para reverter os índices negativos observados no primeiro, quando as demissões superaram as admissões. ●

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

País consolida superávit primário expressivo

6.1 - Tesouro Nacional

A receita total do governo federal, em 2004, a valores correntes, inclusive as receitas do Banco Central (Bacen), atingiu o valor de R\$ 423,6 bilhões (24,0% do PIB), ante R\$ 358,8 bilhões (23,0% do PIB), em 2003 — variação de 18,0%. O crescimento resultou da elevação da carga tributária, que permitiu ao governo realizar um superávit primário de magnitude.

Somente as receitas do Tesouro atingiram o montante de R\$ 328,6 bilhões (18,6% do PIB), diante dos R\$ 277,1 bilhões (17,8% do PIB) no ano passado. Contribuíram para esse incremento o maior dinamismo da economia; a implementação de medidas administrativas para a melhoria da eficiência da arrecadação e o combate à sonegação; e os aumentos das alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) — incidente sobre entidades financeiras — , e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL). Em contrapartida, o governo implementou medidas no sentido de estimular a retomada do crescimento econômico di-

minuindo as alíquotas do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A despesa total teve acréscimo de 18,2% no acumulado do ano, em comparação com 2003, passando de R\$ 259,3 bilhões para R\$ 306,7 bilhões. Já os gastos totais do Tesouro Nacional¹⁷, em 2004, alcançaram 10,1% do PIB, registrando aumento de 0,4 ponto percentual na comparação com 2003.

Em 2004, os dispêndios com pessoal e encargos em questão aumentaram R\$ 9,7 bilhões (12,4%). A elevação nas despesas resultou do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, do reajuste dos servidores públicos federais e do efeito, a partir de setembro, da Lei nº 10.887². Apesar da expansão das despesas, a relação gastos com pessoal e encargos/PIB manteve-se estável em relação a 2003, em torno de 5,0%.

¹⁷ Os Gastos totais do Tesouro Nacional abrangem pessoal e encargos sociais e custeio e capital.

¹⁸ Essa lei aprovada em 19/06/04 trata da disciplina da alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor ativo da União, de suas autarquias e fundações.

Já os gastos do Tesouro em custeio e capital registraram um incremento nominal de R\$ 18,6 bilhões (25,7%) em 2004, elevando em 0,5 ponto percentual (de 4,6% para 5,1%) a relação despesa de custeio/PIB, na comparação com 2003.

Somente as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cresceram, em termos nominais, R\$ 1,3 bilhão (15,7%). Registra-se também uma elevação significativa dos benefícios assistenciais, como os destinados ao cumprimento da Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e os RMV (Renda Mensal Vitalícia), que cresceram 3,1 bilhões (68,7%).

No item subsídios e subvenções econômicas, os gastos com o Programa de Subsídios à Habitação (PSH) para a população de baixa renda registraram aumento de 127,2%. Já os dispêndios com os programas direcionados para o de-

envolvimento da agricultura, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assinalaram incremento de 14,7%.

Em 2004, as transferências a estados e municípios ficaram R\$ 7,3 bilhões acima do valor registrado em 2003. Como proporção do PIB, observou-se uma ligeira redução de 0,04 ponto percentual das transferências de 3,87% para 3,83%.

Na avaliação do Tesouro, esse comportamento resulta da transferência adicional, em 2003, de valores relativos à negociação da Lei Kandir e do crescimento relativamente menor da arrecadação líquida do Imposto de Renda (arrecadação do IR deduzidas das restituições), utilizada como base de cálculo para repasse ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). ●

6.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

Em dezembro, o setor público não-financeiro apresentou déficit primário de R\$ 3,7 bilhões em função da concentração de gastos (como 13º salário do servidor público) em todas as esferas do governo, no período. No acumulado do ano, o superávit alcançou R\$ 81,1 bilhões – ou 4,6% do PIB, comparativamente a R\$ 66,2 bilhões (4,3% do PIB) em 2003. Esse resultado permitiu o cumprimento da meta de superávit primário de 4,5% do PIB estabelecida com o FMI para o ano de 2004 – na prática, o valor definido de R\$ 71,5 bilhões foi ultrapassado em R\$ 9,6 bilhões (GRÁFICO 19).

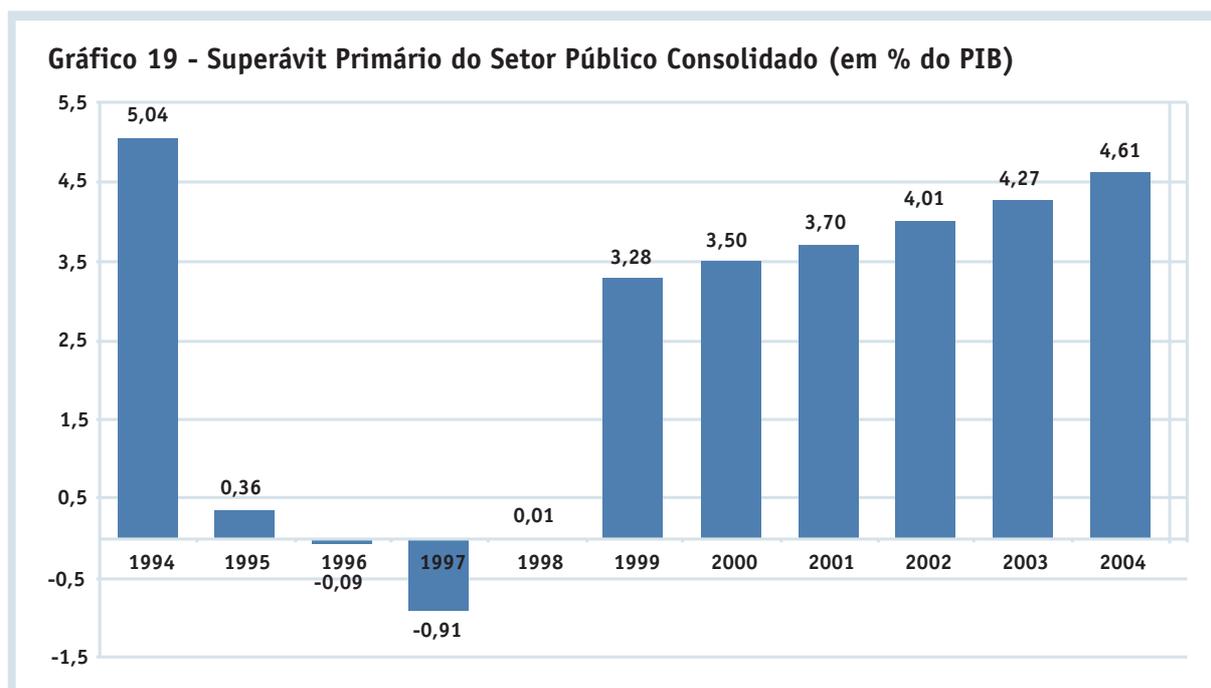
O governo central foi responsável por R\$ 52,4 bilhões (3,0% do PIB) do superávit acumulado

no ano, enquanto os governos regionais e as empresas estatais apresentaram superávit de R\$ 17,5 bilhões (1,0% do PIB) e R\$ 11,2 bilhões (0,6% do PIB), respectivamente.

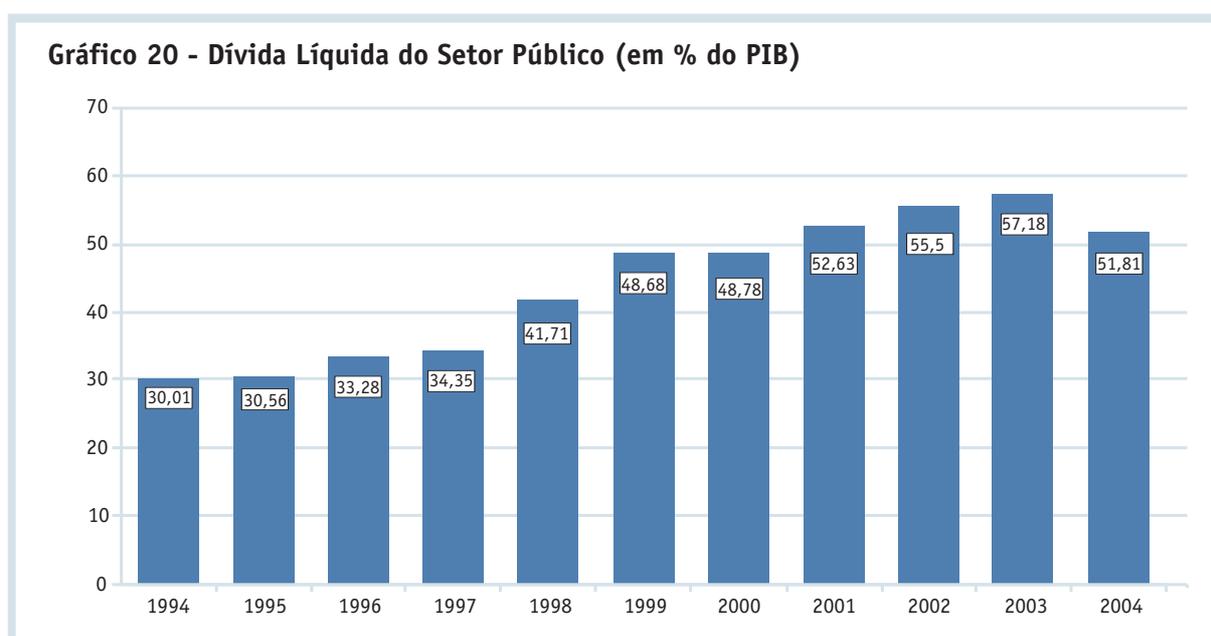
Em 2004, o crescimento do superávit primário contribuiu substancialmente para a redução da relação dívida líquida do setor público/PIB. Em 2004, esse indicador registrou a primeira queda anual desde 1994, terminando o ano em 51,8%, ante 57,2%, em dezembro de 2003. Além do superávit primário, o crescimento do PIB e a apreciação cambial em 2004 foram determinantes da redução da relação dívida/PIB (GRÁFICO 20).

De acordo com o Relatório Focus (de 31 de janeiro) do Bacen, o superávit primário e o crescimento nominal do PIB contribuíram com 4,4 pontos percentuais e 7,7 pontos percentuais, respectivamente, para a redução da relação dívida/PIB, enquanto a apreciação do câmbio foi importante

para a queda de 0,9 ponto percentual. Os juros reais sobre a dívida doméstica, por sua vez, implicaram aumento de 3,0 pontos percentuais — incremento inferior, no entanto, à média no período 1999-2003 (TABELA 19).



FONTE: Banco Central. Relatório Focus. Disponível em: www.bcb.gov.br



FONTE: Banco Central. Relatório Focus. Disponível em: www.bcb.gov.br

Tabela 19 - Condicionantes da Variação da Dívida Líquida/ PIB (pontos percentuais)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Aumento da Dívida/PIB (1+2+3+4+5)	7,0	0,1	3,9	2,9	1,7	-5,4
1. Necessidade de Financiamento do Setor Público	5,3	3,4	3,4	3,9	4,9	2,6
1.1. Superávit Primário	-2,9	-3,3	-3,5	-3,3	-4,1	-4,4
1.2. Juros Reais da Dívida	4,0	4,4	4,5	1,1	6,9	3,0
1.3. Atualização Monetária	4,3	2,3	2,4	6,1	2,2	3,9
2. Depreciação Cambial	6,5	1,6	3,0	9,3	-4,0	-0,9
2.1. Efeito na Dívida Doméstica	3,8	0,8	1,5	4,8	-1,4	-0,2
2.2. Efeito na Dívida Externa	2,8	0,8	1,5	4,4	-2,6	-0,7
3. Esqueletos e Privatizações	0,5	-1,0	1,4	0,7	0,0	0,4
4. Outros Ajustes	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,4
5. Crescimento do PIB	-5,3	-3,9	-3,9	-11,0	-0,3	-7,7

FONTE: Banco Central - Relatório Focus, 31.01.05. Disponível em: www.bcb.gov.br

Em consequência do aperto da política monetária, os juros básicos médios projetados pelo mercado para 2005 se elevaram. Na ausência de projeções de inflação crescendo na mesma proporção, será necessário um superávit primário maior para dar continuidade à queda da relação dívida/PIB.

Os juros nominais apropriados pelo setor público alcançaram R\$ 128,2 bilhões em 2004,

queda de R\$ 16,9 bilhões em relação ao ano anterior. Esse comportamento resulta do menor patamar médio da taxa Selic em 2004. Em consequência, o déficit nominal caiu de R\$ 79 bilhões, em 2003 (5,1% do PIB) para R\$ 47,1 bilhões (2,7% do PIB). Essa proporção de redução do déficit nominal poderá não se realizar em 2005 em função da tendência de elevação das taxas básicas de juros. ●

6.3 - Dívida Pública Mobiliária Federal

Em dezembro do ano passado, o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFI) totalizou R\$ 810,3 bilhões (43,9% do PIB), variando 3,2% em relação ao mês anterior (R\$ 25,3 bilhões). Apesar do crescimento, no entanto, as condições de rolagem da dívida foram mais positivas.

Isso porque, em 2004, o governo deu continuidade às mudanças no perfil do endividamento, elevando a participação dos tí-

tulos vinculados a índice de preços e títulos pré-fixados e diminuindo substancialmente a parcela da dívida atrelado ao câmbio. Em consequência, a dívida ficou menos vulnerável ao impacto da variação cambial.

O percentual da dívida vinculada ao câmbio, desconsiderando as operações de *swaps*, decresceu de 5,8% em novembro, para 5,1% em dezembro, resultado do resgate líquido de R\$ 3,0 bilhões em títulos cambiais e do impacto

da apreciação do câmbio de 2,8%/mês. Na comparação com dezembro de 2003, a participação de títulos cambiais caiu de 10,7% para 5,1%.

Os papéis com remunerações flutuantes atrelados à taxa Selic tiveram uma ligeira queda, passando de 58,3% em novembro, para 57,1% em dezembro. Em relação a dezembro de 2003, a participação desses papéis no total da dívida mobiliária decresceu 4,2 pontos percentuais, saindo de 61,3% para 57,1% — variação tão im-

portante quanto a redução verificada na dívida cambial, que foi de 5,6 pontos percentuais.

Em contrapartida, no mês de dezembro, constatou-se o significativo aumento de 7,5% da participação de títulos pré-fixados na composição da dívida mobiliária federal, em relação a dezembro de 2003. Finalmente, a parcela da dívida indexada a índice de preços teve uma ligeira redução, encerrando o ano de 2004 em 14,9%, comparativamente a 13,5%, no final de 2003. ●

